NOTA INICIAL

Dos dois relatórios aqui reunidos,um tem já quatro meses e tal,o outro três semanas. No que possuem de comum e no que diferem uma linha principal se deduz: a necessidade de preservar o carácter científico do marxismo. O marxismo-leninismo é o único método que permite fazer do comunismo uma ciência. Para isso,é necessário conservarmos--lhe toda a vitalidade,a essência mesmo do seu ímpeto revolucionário,que é a sua estreita ligação com a realidade. O primeiro passo para estabelecermos o comunismo em bases científicas é a luta contra o atraso ideológico do movimento revolucionário português. Essa luta deve estar estreitamente ligada à formação e ao crescimento de uma organização marxista-leninista em Portugal; não podemos esperar que com um simples trabalho editorial desacompanhado de actividade organizativa se quebre o marasmo do nosso movimento operário; mas um trabalho de organização que não coloque como finalidade essencial,neste momento,a luta contra o atraso ideológico e a análise concreta,diária,da situação portuguesa à luz do método de Marx — tal trabalho,a quintessência do dogmatismo,nada construirá senão um outro partido revisionista. Parece-me ser este o pensamento fundamental dos dois relatórios que se seguem.

No final de contas,é acidental que esses relatórios assumam a forma de uma polémica com os actuais responsáveis pela orientação (pela desorientação) do comité marxista-leninista. Nem eu nem os outros militantes revolucionários pretendemos dar aos responsáveis pelo dogmatismo e pelo oportunismo do comité um lugar maior que o que "merecem" — eles são um bom exemplo da degenerescência de uma organização,já de si erguida sobre algumas bases pouco correctas. Mas para além desse "valor negativo",nada os realça. Não têm,como o partido de Cunhal,uma ampla base de classe (embora cada vez mais restrita no que respeita à classe operária,mais extensa quanto à pequena-burguesia); não constituem,como o castrismo,uma ameaça pesada e urgente (por enquanto dispersa ainda,mas que ràpidamente se poderá organizar) ao movimento operário português. Bom campo de estudo para a evolução de uma doença,bom exemplo das consequências extremas a que pode levar o atraso ideológico,e o culto e perpetuação desse atraso,a actual direcção do comité pouco mais representa.

O progresso do movimento revolucionário é inelutável. Ficam para trás,destruidos ou vendidos à burguesia,todos os que de uma forma ou de outra se opõem a esse progresso. Quaisquer que sejam as dificuldades,os comunistas marcharão avante,sem nunca esquecerem as palavras com que um militante revolucionário abandonou o partido de Cunhal ("Revolução Popular" nº6):

"Se o caminho para a reconstituição do Partido e para o fortalecimento das alas revolucionárias passa pela desobediência aos dirigentes do dia,tanto pior".

6 de Outubro de 1969

Tiago

CONTRA—RESPOSTA

AO

COMITÉ EXECUTIVO

DO

COMITÉ MARXISTA-LENINISTA PORTUGUÊS

A primeira obrigação de um revolucionário,de um comunista,é a da clareza. "Os comunistas não se rebaixam dissimulando as suas opiniões e os seus projectos",disseram Marx e Engels ("Manifesto"),cuja vida foi uma lição constante de clareza na afirmação dos princípios e na aplicação destes à prática. Um comunista observa os factos sem qualquer receio e diz alto e bom som a que conclusões chegou.

Como nada acontece por acaso e a causa de tudo reside,em última análise,na luta das classes,outra das obrigações de um comunista é a de tirar todas as conclusões de qualquer facto,por mais insignificante que este pareça.

Numa questão determinada — a edição semi-legal de obras de formação marxista-leninista — defrontaram-se duas linhas. Vejamos:

Propunha o Comité Executivo a edição das obras seguintes: 1º "Princípios Elementares da Filosofia",de Politzer; 2º o "Catecismo do Trabalhador",de Paul Lafargue,na edição anterior,revista; 3º os "Princípios do Leninismo",de Staline,na edição anterior,revista; 4º publicação de documentos sobre a realidade portuguesa,que constiriam na confrontação de publicações revisionistas como o "Rumo à Vitória" e os relatórios ao VI Congresso do partido de Cunhal,com as críticas ao revisionismo elaboradas nos diversos números da "Revolução Popular"; 5º "Materialismo Histórico e Materialismo Dialético", de Staline; "Marxismo e Linguística",de Staline; 7º "Em torno dos Problemas do Leninismo",de Staline; 8º obras de crítica ao castrismo; 9º "Educação para a Paz,Educação para a Guerra?",crítica ao livro de Vitorino Magalhães Godinho "Mitos àcerca da Origem das Guerras"; 10º "Manifesto do Partido Comunista",de Marx e Engels. Porquê estas obras? Em que se fundamentou o critério seguido pelo Comité Executivo na escolha dos livros a publicar? Qual a justificação política do seu plano? Tudo perguntas sem resposta. Sem nenhum critério que as fundamente,a escolha das obras contradiz-se entre si. O "Catecismo do Trabalhador" é uma publicação destinada a sectores com um grande atraso ideológico; serão para esses que neste momento,quando queremos construir as bases do Partido,vão convergir os nossos esforços principais? Um estudo sobre linguística,em Portugal,em 1969,não se destinará a um meio intelectual restrito? Esta linha em zig-zag não significa senão a incapacidade de planificar,forma específica de uma incapacidade ideológica mais geral que vai determinar,por exemplo, que os estudos sobre a realidade portuguesa sejam reedições da "Revolução Popular"; repete-se e repisa-se e remoe-se o que já está feito,não mereceria a realidade portuguesa alguma coisa de novo? Ou tudo teria permanecido imutável de há cinco ou quatro anos para cá? Não nascemos num país de bonecos de cera! O Comité Executivo limitou-se a apresentar os títulos de um determinado número de obras e nada mais disse sobre o assunto. É sem dúvida cómodo,mas será o bastante?

Por mais ínfimo que um problema possa parecer,uma programação,qualquer programação que se pretenda marxista-leninista,tem de partir de duas questões: quais as nossas principais necessidades concretas e como vamos responder a elas? É este o único modo sólido de trabalhar. E foi partindo dessas duas questões base que,em oposição ao Comité Executivo,estabeleci a minha proposta de edições.

Dizia eu que "é fundamental definir o critério que deve seguir a nossa linha de publicações. Esse critério ou é burguês ou é revolucionário. Um critério burguês é aquele que não tem relação com a situação actual. Um critério revolucionário é aquele que tem em conta os nossos problemas actuais,nomeadamente a luta pela construção das bases do Partido e a luta contra o revisionismo. Os aspectos dessa luta actual,por um lado são gerais,dizem respeito aos princípios fundamentais e universais do marxismo-leninismo,e por outro lado dizem respeito às condições sepecíficas dessa luta em Portugal" (acta da reunião de 16 de Dezembro). Portanto,considerando que a nossa luta actual incide especialmente na construção das bases do Partido e no combate ao revisionismo,e nunca perdendo de vista estes nossos objectivos,propuz um plano de edições muito diferente da proposta caótica e desacompanhada de qualquer fundamento do Comité Executivo.

Em primeiro lugar,convém frizar que segundo a minha proposta seriam editadas tanto traduções como textos originais: "interessa saber",dizia eu,"se esta célula é ape-

nas um organismo técnico ou se tem também a função de elaborar introduções e notas às traduções que faz,bem como elaborar outros textos teóricos próprios e originais. O camarada Tiago é pela segunda hipótese" (tanto esta como as seguintes citações se referem à mesma acta). Dizia ainda que "quando se trata da publicação de textos traduzidos,estes devem ser sempre prefaciados e anotados. O prefácio e as notas devem justificar sempre as razões da publicação desse texto,integrando-o na nossa situação actual".

Definia em seguida os três pontos que as edições deviam abarcar,para além de um ponto prévio constituido pelas "obras de formação básica geral do marxismo-leninismo, como é o caso do Manifesto Comunista e dos Princípios Elementares de Filosofia". O primeiro ponto seria constituido por obras que foquem a necessidade da formação do Partido,que combatam portanto o castrismo,o nosso principal inimigo neste campo"; neste ponto seriam ainda incluidas "as obras que analisem os problemas teóricos e práticos que digam respeito à organização do Partido". O segundo ponto focaria a "origem e carácter do revisionismo"; dizia eu que "enquanto houver burguesia há revisionismo,portanto convém fazer uma análise histórica das diversas máscaras do revisionismo". Versaria o terceiro ponto as "características do movimento operário em Portugal",a "análise das diversas fases da formação da consciência proletária em Portugal,quer dizer,das sucessivas etapas que o movimento operário atravessou até chegar no presente momento a criar uma ideologia verdadeiramente marxista-leninista",acrescentava que "este terceiro ponto tem como consequência lógica a elaboração de uma história do movimento operário em Portugal"; "esse estudo minucioso do movimento operário português é a única maneira de pôr a nú as raízes do oportunismo 'cunhalista' bem como de todos os outros oportunismos pequeno-burgueses que desviaram e ainda ameaçam desviar a classe operária da via do marxismo-leninismo".

Poderá parecer que a minha proposta é absolutamente desproporcionada das nossas possibilidades de momento,que eu construo castelos nas nuvens,vivendo a leste das realidades. "O camarada Tiago achando que ainda não tinha proposto suficiente trabalho para o seu organismo,propõe ainda...",espanta-se o Comité Executivo. Julgava eu que só se espantaria quem ignorasse que nós,os comunistas,programamos a tarefa aparentemente sobre-humana,à primeira vista desproporcionada não só das nossas forças mas de quaisquer forças do mundo,que é a tomada do poder,a ditadura do proletariado,a construção da sociedade comunista. Somos meia-dúzia e propomo-nos essa tarefa; a nossa força vem-nos do próprio processo histórico. Só um espírito tacanho,com os horizontes estreitos da pequena-burguesia,é que,obrigado na teoria a admitir a grandeza das nossas tarefas,na prática mais não pode que programar um tímido conjunto de acções limitadas,circunscrevendo-se sempre ao imediato,não vendo mais longe que o dia de amanhã. Mas não serão estes a construir o comunismo.

Aquilo que se passa no campo de uma programação geral repete-se ponto por ponto na programação de assuntos particulares. Eu concebo as edições semi-legais de obras revolucionárias como um modo de aumentar o nível ideológico da vanguarda e das massas,como um modo de aumentar o nível ideológico dos próprios militantes comunistas. Mas,a muito mais longo prazo,concebo também essas edições,se elas souberem ajudar a criar nos militantes um espírito de estudo e de elaboração teórica,como o primeiro passo de um enorme trabalho.

Até agora,o estudo e a elaboração teórica têm estado nas mãos da burguesia e têm, por conseguinte,servido a burguesia. Mesmo as correntes de estudiosos ditas progressistas têm sido tão burguesas como quaisquer outras. No século dezanove,aliando-se à indústria nascente em nome da defesa do proletariado e dos trabalhadores; nos fins do século dezanove e princípios do século vinte,limitando o proletariado aos objectivos da pequena-burguesia republicana; depois do intermezzo dos intelectuais anarquistas, que terminaram,uns no misticismo,outros no parlamentarismo vulgar,outros no fascismo, apareceu a moda do comunismo. Moda,não passou daí. Os poetas e romancistas da geração dita neo-realista e os seus herdeiros de hoje — Augusto da Costa Dias,Alberto Ferreira e alguns menores — são os ideólogos do revisionismo,agentes académicos da

burguesia (Nota 1). É tempo de começar a fazer passar o estudo,a investigação,o trabalho teórico em todos os campos para o lado do proletariado,de o pôr ao serviço do proletariado,contra a burguesia. É esta,talvez,a maior contribuição de Campos ao movimento revolucionário; para além da FAP e dos aventureirismos e de todos os seus erros e desvios,ficaram os seis números da "Revolução Popular",ficou a história da "Unidade 1944-49",ficou a análise do colonialismo republicano e da sua repercussão actúal.

Arrancar a investigação e o estudo de todos os problemas das mãos da burguesia para as mãos da classe operária — será isto alguma novidade? "O socialismo,desde que se tornou uma ciência,quer ser tratado,isto é: ser estudado,como uma ciência" disse Engels (no prefácio ao seu livro "A Guerra Camponesa na Alemanha",citado por Lénine em "Que Fazer?"). E também ele não deu nenhuma novidade. O estudo é a lição de todos os grandes revolucionários,desde Marx até aos nossos dias. Pretende seguir este caminho a minha proposta para as edições semi-legais do Comité.

Essa proposta,para ser inteira e claramente entendida,tem de se integrar nas circunstâncias que lhe deram origem: primeiro,o plano (ou a ausência de plano) do Comité Executivo; segundo,a análise por mim feita das nossas necessidades e o critério segundo o qual as edições semi-legais deviam responder a essas necessidades,pela parte que lhes toca; terceiro,e por último,a crítica ao plano do Comité Executivo,implícita no ponto anterio.

No entanto,o Comité Executivo,na sua resposta,desligou inteiramente o plano que eu propus do plano que ele,Comité Executivo,propôs; desligou o meu plano da justificação política que lhe dei analisando as nossas necessidades e determinando o modo de lhes respondermos; desligou o meu plano da crítica implícita ao plano do Comité Executivo. Na sua resposta,o Comité Executivo não referiu o seu plano,nem as críticas que eu implìcitamente lhe fiz,nem o critério político com que fundamentei o meu plano (<u>deixando portanto de pé,quer umas,quer outro</u>) — é esta a primeira de uma série de processos demagógicos que o Comité Executivo empregou às mãos cheias na sua resposta. Essa demagogia analisá-la-emos daqui a pouco,mas só depois de termos compreendido bem os vícios que lhe estão na origem. Por enquanto limitar-me-ei a apontá-la à medida que ela for aparecendo.

Passemos à resposta do Comité Executivo. Esta começa por um extenso enunciado de um certo número de generalidades que são hoje o b-a-bá da organização marxista. Mas como o marxismo não é uma construção aérea ou um conjunto de normas que sirvam para ser recitadas,mas sim uma constante ligação à realidade e uma análise constante dessa realidade,as questões levantam-se quando da aplicação da teoria à prática. E das duas uma: ou bem que as leis gerais do marxismo foram entendidas,isto é,não foram julgadas abstractamente mas sim dialèticamente,em relação à realidade,ou então,julgadas abstractamente,elas ficaram incompreendidas e,por isso,mortas e sem poder. No primeiro dos casos,a prática corresponde às normas que se enunciaram e é uma prática revolucionária; no segundo dos casos,a prática contradiz essas normas enunciadas; é uma prática reaccionária que,através de um processo mais ou menos longo,fará essas normas definharem,lhes retirará por completo o conteúdo revolucionário,as substituirá por outras normas,reaccionárias,de acordo com a prática descrita. É por este motivo que só na sua aplicação aos casos concretos podemos ver se foi ou não compreendido o carácter revolucionário da teoria elaborada pelos clássicos do marxismo.

Por si só,as leis gerais enunciadas pelo Comité Executivo em toda a primeira parte da sua resposta em nada esclarecem sobre a sua fidelidade ao comunismo e o seu espírito revolucionário. <u>Enunciar normas não é o mesmo que cumpri-las na prática</u>. O valor que têm para o Comité Executivo as normas por ele enunciadas só pode ser aferido pela observação da sua actuação prática. Portanto,a chave da questão reside no ponto seguinte: como é que o Comité Executivo passa,ou não passa,à prática a teoria que enunciou. Neste caso,como entende o Comité Executivo que se deva prosseguir uma tarefa determinada de imprensa (edição semi-legal de obras revolucionárias) e como aplica ele o centralismo-democrático a essa tarefa? É o que vamos passar a ver.

O Comité Executivo separa a teoria da acção. Para o Comité Executivo a feitura de um trabalho longo como a história do movimento operário português só poderia ser fruto de uma equipa que teria "de se dedicar integralmente (sublinhado do C.E.) a essa tarefa". Em quê é que este ponto de vista difere do da burguesia,com os seus sábios académicos? Para os burgueses existem os homens da prática e,separados deles,os homens do conhecimento. Para estes se dedicarem ao estudo,à investigação,têm de o fazer "integralmente",dizem os burgueses,têm de se afastar da prática,da prática política bem como de todas as outras. Sem tirar nem pôr,é esta a maneira de pensar do Comité Executivo. Dedicar-se "integralmente" a um estudo,por mais árduo e longo e minucioso que esse estudo seja,é afastar-se da prática política e,abandonando esta,acabar por abandonar a própria teoria revolucionária. Não é esta a posição de um comunista. Marx escrevendo o "Capital" através de uma vida extremamente penosa,acidentada,e no meio de uma constante militância revolucionária; do mesmo modo Engels,escrevendo a "Dialética da Natureza" ou o "Anti-Dühring"; e Lénine estudando durante anos a filosofia burguesa e o materialismo-dialético para escrever o "Materialismo e Empirocriticismo"; ou Staline estudando e escrevendo sobre linguística — estes grandes dirigentes comunistas,exemplo para todos os revolucionários de todo o mundo e de todas as épocas,que lhes teria acontecido se se dedicassem "integralmente" ao seu trabalho de investigação,ou se fossem forçados a abandonar tal trabalho sob o pretexto de que isso os impedia de levarem a cabo tarefas práticas urgentes?

Por este andar,não admira que o Comité Executivo considere que só "irá arranjar tempo" para um trabalho teórico ou de investigação longo e minucioso quem "não esteja interessado em procurar elementos da vanguarda,nem organizar e preparar os que surgem". E como é que se procuram,como é que se organizam e preparam os elementos da vanguarda? Será com as mãos a abanar? Ou é armados da mais profunda bagagem ideológica? Procuram-se ,organizam-se e preparam-se os elementos da vanguarda para conduzir uma acção prática. Mas essa acção prática é determinada à luz de uma,ou outra,teoria e onde irão os militantes buscar a teoria comunista se o Comité Executivo decretou não haver tempo para um trabalho teórico longo e para um estudo minucioso?

Para isso tem o Comité Executivo uma resposta fácil. A teoria comunista está expressa nas obras dos clássicos do marxismo; "essas obras além do mais estão comprovadas pela prática revolucionária",sobre os assuntos que versam "não temos nada que fazer análises. Isso seria perder tempo a investigarmos o que outros já investigaram e resolveram magistralmente".

E não se lembra o Comité Executivo que a prática evolui constantemente sem jamais se repetir tal e qual? Que a vitalidade,a pujança dos clássicos,o seu espírito revolucionário,lhes vem precisamente de estarem ligados aos problemas concretos,às circunstâncias em que viviam? Evoluindo a realidade,o importante é o método de análise dessa realidade,o método proletário,que se chama materialismo-dialético. Os clássicos dão-nos lições de aplicação desse método à realidade,mas à realidade que eles viveram ou vivem,que não é de modo nenhum inteiramente igual à nossa (Nota 2). Aprender com os clássicos o método materialista-dialético e aplicá-lo à realidade de cada país,eis a tarefa dos revolucionários.

Mas é que,para o Comité Executivo,a teoria já está determinada,de um modo exacto e preciso,para todo o sempre. As obras dos clássicos estão comprovadas pela prática — — e não vê o Comité Executivo que essa prática evolui sem cessar?! E proibe-se que se façam análises sobre os assuntos analisados pelos clássicos,mas esqueceu o Comité Executivo que os assuntos focados pelos clássicos evoluiram,ou foram acrescentados e enriquecidos com novas experiências,que o que temos a fazer é uma análise permanente de todos os assuntos,à luz do método revolucionário empregue pelos clássicos? Como é possível ignorar isto?! Como é possível que um Comité Executivo escreva aquelas linhas?! Pobre Engels,que passaste tanto tempo ("fechado entre quatro paredes",diria o Comité Executivo),a estudar as diferenças entre o socialismo utópico e o socialismo científico! "O socialismo já não aparece como uma descoberta fortuita de um ou outro espírito de génio,mas como o produto necessário da luta de duas classes produzidas pela história,o proletariado e a burguesia. A sua tarefa já não consiste em fabricar um sistema social o mais perfeito possível,mas em estudar o desenvolvimento histórico da

economia que gerou de um modo necessário essas classes e o seu antagonismo, e em descobrir na situação económica assim criada os meios de resolver o conflito" ("Socialismo Utópico e Socialismo Científico"). Só uma análise constante nos permite achar a solução dos problemas.

Separada a teoria da prática, determinada essa teoria para todo o sempre, não se compreendendo que o marxismo-leninismo é <u>um método</u>, a teoria reduz-se a um corpo de fórmulas que se aplicam sem ter em conta o evoluir das circunstâncias e uma prévia análise da realidade. Este corpo imutável (para quê "investigarmos o que outros já investigaram"?), sacrossanto, para sempre estabelecido... definha, morre, é um múmia com aparência de vida ou sem essa aparência sequer, depende da habilidade do pintor. Essa teoria é, finalmente, inofensiva. "Acontece hoje à doutrina de Marx o que aconteceu por mais de uma vez na história às doutrinas dos pensadores revolucionários e dos chefes das classes oprimidas em luta pela sua libertação. Enquanto eram vivos esses grandes revolucionários, as classes opressoras recompensavam-nos com perseguições incessantes; acolhiam a sua doutrina com a fúria mais selvagem, com a raiva mais feroz, com as campanhas mais violentas de mentiras e calúnias. Depois de mortos, tentam transformá-los em inofensivas imagens, canonisá-los, por assim dizer, rodear o seu <u>nome</u> com uma certa auréola para 'consolar' as classes oprimidas e mistificá-las; deste modo, esvaziam a doutrina revolucionária do seu <u>conteúdo</u>, envilecem-na e embotam-lhe o gume revolucionário. É a este modo de 'acomodar' o marxismo que se aliam hoje a burguesia e os oportunistas do movimento operário"; é assim que abre "O Estado e a Revolução". Staline descreveu bem este processo de castração; a citação vai ser muito longa, tanto melhor:

"Há dois grupos de marxistas. Ambos trabalham sob a bandeira do marxismo e se consideram marxistas autênticos. Contudo, nada têm de idênticos. Mais ainda: separa-os um abismo, porque os seus métodos de trabalho são diametralmente opostos.

"O primeiro grupo limita-se geralmente a uma aceitação exterior, a um reconhecimento cerimonioso do marxismo. Sendo incapaz ou não desejando alcançar a essência do marxismo, sendo incapaz ou não desejando traduzi-la na realidade, converte os princípios vivos e revolucionários do marxismo em fórmulas sem vida e sem sentido.

"Baseia as suas actividades, não na experiência, não nos ensinamentos do trabalho prático, mas em citações de Marx. Deduz as indicações e directivas, não da análise da realidade viva, mas de analogias e paralelos históricos. Desacordo entre as palavras e os actos, tal é a principal doença de que padece este grupo.

"Daí as suas decepções e o seu eterno descontentamento com o destino que a cada momento lhe prega partidas de mau gosto, deixando-o 'com o rabo entre as pernas'.

"São conhecidos por mencheviques (na Rússia) ou por oportunistas (na Europa). O camarada Tysko-Ioguiche descreveu esse grupo muito bem no Congresso de Londres, quando disse que ele não se apoiava sobre a plataforma marxista mas jazia sob ela.

"O segundo grupo, pelo contrário, dá especial importância não ao conhecimento exterior do marxismo mas à sua aplicação, à sua realização. Determinar de acordo com a situação os caminhos e os meios para realizar o marxismo, modificar esses caminhos e esses meios quando a situação se modifica, é isto o que merece principalmente a atenção deste grupo.

"Ele não deduz as directivas e indicações de analogias ou de paralelos históricos, mas sim do estudo das condições ambientes. A sua actividade não se apoia em citações e sentenças, mas sobre a experiência prática por meio da qual comprova cada um dos seus passos, tirando lições dos seus próprios erros e ensinando os outros a edificar uma vida nova.

"É por isso que na actividade deste grupo a acção não diverge da palavra, e a doutrina de Marx conserva inteiramente a sua força revolucionária viva. A este grupo aplicam-se plenamente as palavras de Marx segundo as quais os marxistas não podem contentar-se em interpretar o mundo, mas devem ir mais longe e transformá-lo.

"Este grupo é conhecido como o dos bolcheviques, o dos comunistas e o seu organizador e chefe é V. I. Lénine" (texto transcrito na "Revolução Popular" nº6).

Seria bom que os vícios se limitassem a permanecer nas nuvens — mas eles são muito pesados,enraízam-se bem na terra,nas pessoas e nas organizações,e vão determinar as acções concretas e exprimir-se no quotidiano. Separando a teoria da prática, isolando a obra dos teóricos da realidade a que essa obra se refere,em quê é que uma organização se transforma? Citemos a resposta do Comité Executivo:

"Quando o camarada Tiago propõe que seja o organismo Soeiro Pereira Gomes a realizar esta tarefa (isto é,a tarefa de editar obras que foquem a necessidade da formação do Partido e que analisem os problemas teóricos e práticos que digam respeito à organização do Partido,e entre essas obras,como vimos,traduções dos clássicos),terá pensado antes que existe uma direcção eleita na 2ª Conferência que se deve responsabilizar pelas tarefas de direcção,por conduzir a luta anti-revisionista e pela edificação do Partido,e que é a essa direcção que cabe centralizar essa tarefa e não ao organismo Soeiro Pereira Gomes?"

Este período significa na realidade: o organismo Soeiro Pereira Gomes não pode realizar a tarefa de editar obras,entre as quais traduções dos clássicos do marxismo, que analisem problemas teóricos e práticos que digam respeito à organização do Partido,porque é à direcção eleita na 2ª Conferência que cabe centralizar essa tarefa de análise e não ao organismo Soeiro Pereira Gomes.

Aqui há uma questão gravíssima: a confusão entre a colaboração prestada à análise de uma questão e a centralização dessa análise; confundindo demagògicamente estes dois pontos,o Comité Executivo chama a si todo e qualquer trabalho de análise sob o falso pretexto de centralizar essa análise. Isto conduz a quê? A impedir a análise. E objectivamente neste caso,entre outras coisas,a impedir a publicação de obras dos clássicos do marxismo em que são estudados problemas teóricos e práticos da formação do Partido.

Este princípio aqui formulado abstractamente e meio oculto (mas mal oculto) aplicou-o agora o Comité Executivo à célula Soeiro Pereira Gomes; em qualquer altura em que isso convenha à sua demagogia,aplicà-lo-á a qualquer outra célula ou organismo. Confundido o trabalho ideológico dos militantes com a centralização desse trabalho pela direcção,o Comité Executivo há-de vir definitivamente acabando com a elaboração teórica por parte dos quadros do Comité.

Aplicando o centralismo-democrático,uma direcção corrige e emenda,ou aprende,com a elaboração teórica,com o trabalho ideológico dos militantes. Mais: essa direcção deve ser a primeira a estimulá-lo. Canaliza-o e orienta-o e aponta-lhe os desvios (por isso é que se chama centralismo),fazendo o nível ideológico passar sempre a formas superiores. Mas querer a direcção reservar-se o exclusivo do trabalho ideológico,isso — é assassinar a pujança de uma organização. Num processo desta ordem,o trabalho ideológico da direcção acaba sempre convertido numa repetição de clichés.

E assim como nas religiões há os grão-sacerdotes,os papas,que só eles podem dizer a Verdade,embora já todos saibam que Verdade é essa — fórmulas aprendidas de cor imutáveis,mortas — assim haveria também no Comité um organismo reduzido que só ele teria o direito à "teoria",isto é,à pura repetição de fórmulas.

Em resumo: começa-se por separar a teoria da acção; a teoria fica portanto esvaziada do seu valor revolucionário e a prática reduz-se a um empirismo mascarado com clichés mecânicamente aplicados; ao trabalho ideológico dos militantes dá-se um valor secundário,contrapondo-o ao trabalho prático e não se percebendo onde se "irá arranjar tempo" para um longo trabalho ideológico (o erro começa precisamente ao se distinguir um do outro trabalho);utilizam-se os clássicos do marxismo de uma forma abstracta e metafísica,não vendo o seu método e reduzindo-os a fórmulas,receitas; assim, a obra dos clássicos deixa de ser uma resposta constante a uma realidade que evolui para passar a ser uma receita abstracta para uma situação ideal; ao mesmo tempo que transforma a teoria em fórmulas de catecismo,os orgãos dirigentes convertem-se de centralizadores e estimuladores do trabalho ideológico em guardadores de fórmulas; paralelamente ,o centralismo-democrático,o estímulo do trabalho ideológico dos militantes e a sua canalização e centralização,desaparece e transforma-se numa instituição des-

tinada a impedir aos militantes esse trabalho ideológico e a resarvar para o organismo de topo o direito a repetir as fórmulas.

No final de contas, a acção, a prática, que se tinha pretendido "exaltar" e "sobrevalorizar", opondo-se-as demagògicamente ao estudo "fechado entre quatro paredes", passam a um rotineirismo vazio. Acção de quê? Prática de quê? Definhada a teoria, as fórmulas apenas justificam uma rotina burocrática, mas nunca uma acção revolucionária. A isto conduz a separação entre teoria e prática, que tem um nome bem conhecido — o culto da espontaneidade. "Todo o culto da espontaneidade do movimento operário, toda a minimização do papel do 'elemento consciente', do papel da social-democracia, significa, por isso mesmo — queiram-no ou não, para o caso não interessa — um reforço da influência da ideologia burguesa sobre os operários. Todos os que falam da 'sobrevalorização da ideologia', do exagero do papel do elemento consciente, etc., julgam que o movimento puramente operário é, por si só, capaz de elaborar e que elaborará para si uma ideologia independente, desde o momento que os operários 'arranquem o seu destino das mãos dos seus dirigentes'. Mas isto é um profundo erro." (Lénine, "Que Fazer?", sublinhado seu). Desde que se menospreze o estudo da teoria revolucionária, forçosamente a prática se converterá numa prática burguesa (Nota 3).

Voltemos um pouco atrás e lembremos a pergunta que antecedeu a análise da resposta do Comité Executivo: aplicaram-se à prática os princípios gerais do marxismo enunciados, ou estes não passaram de verbo de encher? Mas valerá ainda a pena perguntar? As ideias dos clássicos encontram-se, sem dúvida, na resposta do Comité Executivo, mas este reservou-lhes um lugar "especial", ao longo de páginas e páginas mas sem nunca daí saírem, jamais as passando à prática. De nada interessa o Comité Executivo ter gasto tantas folhas da sua resposta a expor princípios genéricos certos, se na prática ele desmente e nega esses princípios. Se os empregou, foi ùnicamente com uma finalidade demagógica.

E agora, e só agora, que chega a altura de analisar a primeira coisa que salta à vista na resposta do Comité Executivo: a demagogia e a má-fé. Só depois de descoberta a origem dessa demagogia e dessa má-fé podemos falar delas; proceder ao contrário seria deixar-se levar pelo subjectivismo. A demagogia do Comité Executivo nem sequer é a questão mais grave da sua resposta — ela é uma das consequências da separação entre a teoria e a acção, da existência de uma prática que não corresponde aos princípios apregoados, da necessidade em que se vê de mentir e adulterar que é arrastado para uma situação tão contraditória.

Camaradas do Comité Executivo: vocês foram demagógicos quando, na vossa resposta, falaram da necessidade de dar às edições um nome que lhes permitisse uma circulação semi-legal; sugeriram assim um "esquerdismo" da minha parte e nem sequer focaram um problema por mim levantado — o de que "os livreiros não aceitarão vender uma obra de uma colecção que esteja 'queimada' por já ter publicado textos que foram distribuidos só clandestinamente. Por isso o Comité Executivo deve considerar se o nome de 'Edições Cultura Popular' oferece ainda as necessárias garantias, ou se pelo contrário se encontra já 'queimado'. Nesse caso deve-se arranjar outro nome." (ver a acta referida). Desse modo vocês deram a ideia de que eu queria, pelo menos objectivamente, expôr as edições a grandes riscos, ou impedir a sua venda semi-legal, quando na verdade fui eu quem chamou a atenção para um importante problema de segurança que o Comité Executivo nem sequer abordou.

Camaradas do Comité Executivo: vocês foram demagógicos quando falaram em geral, sem a ninguém acusarem concretamente, da obrigatoriedade para os militantes de cumprirem as tarefas que lhes são designadas pelos organismos superiores. Escusei-me eu alguma vez ao cumprimento de qualquer tarefa? Terá alguma vez o comunismo sido para mim um "pretexto de contemplação mística e não de militância"? (ver a resposta do Comité Executivo). Não terei eu, em seis anos de actividade de militante revolucionário, dado provas suficientes de que não contemplo misticamente o comunismo? Referem-se essas veladas acusações a alguém em particular? Se sim, porque não citam, clara e abertamente, o nome do visado? Se não, a que propósito vêm duas páginas que a ninguém se referem e que só servem para causar confusão, para levantar dúvidas e possíveis mal-entendidos entre camaradas?

Camaradas do Comité Executivo: vocês foram demagógicos ao acusar-me de chamar contra-revolucionário ao vosso plano de edições. Eu disse que o critério escolhido para as edições ou é burguês ou é revolucionário, como é ou burguês ou revolucionário o critério escolhido para qualquer coisa que seja. Não há outros. Mas foram vocês, e só vocês, que chamaram contra-revolucionária à vossa proposta, assimilando demagògicamente a expressão "burguês" à expressão "contra-revolucionário". Ao chamar burguesa à vossa proposta errada, eu procedi correctamente: se essa proposta é errada, ela é burguesa. Mas contra-revolucionária seria uma proposta que obedecesse a um esquema geral de pensamento burguês; um comunista pode fazer, numa vez ou noutra, uma acção errada, burguesa portanto, mas uma acção contra-revolucionária só a faz quem estiver já inteiramente determinado por uma linha toda ela burguesa. Foram vocês que identificaram "burguês" com "contra-revolucionário", fazendo-me dizer o que eu não disse; deste modo, foram vocês que adoptaram "um processo mecânico, 'esquerdista' e sectário" e, ainda por cima, demagógico.

Camaradas do Comité Executivo: vocês foram demagógicos ao nunca referirem, na vossa resposta, que eu havia proposto a edição, tanto de traduções dos grandes mestres do marxismo, como de textos originais. No modo como o problema foi por vocês apresentado, dá-se a ideia de que eu pretendia que editássemos exclusivamente obras originais, desprezando a obra dos clássicos, tal como o faria qualquer intelectual burguês, vaidoso, pedante e auto-suficiente. Já vimos a quê é que esta demagogia objectivamente conduziu: a impedir a publicação de obras dos clássicos do marxismo que abordem problemas teóricos e práticos da formação do Partido. Mas a demagogia foi mais longe ainda. Em resposta ao segundo ponto da minha proposta, "uma análise histórica das diversas máscaras do revisionismo" (e como é evidente pelo texto completo da proposta essa análise seria feita <u>também</u> através da edição de clássicos), vocês objectam muito criadoramente... com a edição desses mesmos clássicos. Qual a finalidade de toda esta insensatez, senão a de insinuar de que existe da minha parte um desprezo de académico recém-vindo ao mundo pelos grandes guias do proletariado?

Camaradas do Comité Executivo: vocês foram demagógicos ao dizerem que prefaciar e anotar textos integrando-os na nossa situação actual daria às publicações um carácter partidário, impedindo a sua divulgação semi-legal. Eu perguntaria se os romances de Aquilino ou o "Livro de Pantagruel" da cozinheira Berta da Rosa Limpo adquirem um carácter partidário por levarem notas e prefácio, ou se esse carácter partidário não virá do facto de haver prefácios e notas com carácter partidário. Perguntaria se o carácter partidário de "Os Princípios do Leninismo", editado nas "Edições Cultura Popular", se ficou a dever ao facto de ter um prefácio, ou ao facto de ter <u>aquele</u> prefácio. Mas vocês mesmos o dizem, camaradas: "Foi um erro ter-se publicado o livro 'Os Princípios do Leninismo' com <u>aquele</u> (sublinhado meu) prefácio". E vocês sabem bem a razão por que defenderam uma tal enormidade. Realmente, em nome de quê é que se pode impedir os prefácios e notas — <u>isto é, um trabalho ideológico dos militantes</u>? O receio desse trabalho ideológico é tão grande, que o Comité Executivo se vê obrigado a empregar qualquer argumento, por mais insensato que seja, para o impedir. Quando a demagogia chega a este ponto, é sinal de que as contradições são já demasiado grandes para se poderem esconder. O verniz estala por todos os lados.

A má-fé é uma forma requintada de demagogia; é esta levada ao seu extremo. A má-fé é o oposto da crítica revolucionária, da luta ideológica entre comunistas.

Camaradas do Comité Executivo: vocês procederam de má-fé chamando "policentrista" à minha proposta, dizendo que ela "conduziria a curto prazo à desagregação ideológica do Comité Marxista-Leninista Português"; na realidade, são vocês, com as vossas ideias e os vossos métodos, e a persistirem neles, quem conduzirá à desagregação ideológica da organização.

Camaradas do Comité Executivo: vocês procederam de má-fé ao dizerem que "as propostas de certos militantes", eu incluído, "revelam que eles não têm em conta a necessidade da direcção única marxista-leninista, ou não a desejam"; vimos já que são vocês quem não deseja, ou não tem em conta, o carácter marxista-leninista que uma direcção deve possuir.

Camaradas do Comité Executivo: vocês procederam de má-fé ao dizerem que a minha proposta vos obrigou a frisar "uma verdade tão evidente que é rídiculo estar a escrevê-la": "que a imprensa tem que ser centralizada nas mãos do Comité Executivo". A verdade evidente é que não fui eu a negar o centralismo democrático,mas sim vocês,menosprezando o papel da teoria revolucionária e querendo obstruir o trabalho ideológico dos militantes.

Camaradas do Comité Executivo: vocês procederam de má-fé ao dizerem que,a seguir-se a minha proposta,"o organismo Soeiro Pereira Gomes passaria a ser uma reedição da 'direcção da escola de quadros' do tempo em que o policentrismo era admitido quer no plano ideológico quer no plano orgânico". Vimos já que o centralismo-democrático só pode existir se todos os organismos e células e militantes colaborarem na análise dos problemas da organização,sendo essa análise canalizada,centralizada e dirigida pelo organismo superior; é isto o que a minha proposta pretende. A vossa má-fé levou-vos, pois,a confundir o centralismo democrático,que eu proponho,com o policentrismo da antiga Comissão Directiva direitista,que vocês falsamente me acusam de defender. Mas na origem dessa má-fé e dessa confusão está a vossa errada concepção de centralismo-democrático.

Camaradas do Comité Executivo: vocês procederam de má-fé ao insinuarem que eu penso que a história minuciosa do movimento operário português possa ser "elaborada de ânimo leve,limitando-se a transcrever trechos de autores burgueses sobre a questão". Porquê o meu "ânimo leve"? Porquê a minha limitação aos "trechos dos autores burgueses"? Que provas apresentam de tal? E se não têm provas,porque fazem vpcês insinuações tão graves? Não,camaradas. Nem o meu ânimo é leve,nem me limitariei à transcrição dos autores burgueses. Precisamente porque até agora só esses autores burgueses analisaram a questão,precisamente porque a história do nosso movimento operário anda deturpada,esquecida ou ocultada — é que essa história tem de ser feita. Mas nem de ânimo leve,nem de má-fé,se contribuirá para a sua feitura.

O relatório já vai longo,é tempo de chegar ao fim. De tudo o que disse se depreende bem que mantenho inalterável a minha proposta quanto às edições semi-legais do Comité,assim como as objecções e as dúvidas sobre o nome a dar a essas edições.

Mas o problema é muito mais grave,a questão é muito mais vasta e importante que uma pura divergência em torno de um ou outro plano de publicações. Estão em causa princípios e métodos,a própria vida de uma organização revolucionária. Por isso,peço ao Comité Executivo

o reconhecimento da demagogia da sua resposta,em todos os pontos que por mim foram indicados,e a auto-crítica dessa demagogia;

a explicação da origem da sua má-fé e a auto-crítica desse modo de discussão, completamente oposto ao marxismo-leninismo;

a auto-crítica das suas erradas concepções de centralismo-democrático,expressas quer através da má-fé e da demagogia empregues,quer nas concepções defendidas ao longo da sua resposta.

Dada a importância deste problema,cujo conhecimento me parece fundamental para qualquer militante da organização,peço também que este relatório,bem como o documento do Comité Executivo que lhe deu origem,sejam levados,o mais depressa que as condições técnicas permitam,ao conhecimento dos quadros do Comité Marxista-Leninista Português.

12 de Maio de 1969

Tiago

NOTAS

Nota 1 — Há uma excepção,uma única,de entre os intelectuais da geração neo-realista: Soeiro Pereira Gomes. Ele foi um grande escritor e um grande revolucionário,precisamente porque nunca separou o seu trabalho intelectual da prática política. Por isso esta célula se chama assim,Soeiro Pereira Gomes.

Nota 2 — O revisionismo é uma teoria burguesa e não uma teoria proletária "desviada". Como teoria burguesa que é,o revisionismo só por demagogia se cobre com uma fraseologia "marxista"; quando lhe fôr necessário,até essa fraseologia ele sacudirá. É o que tem acontecido através da história,com todas as variantes da social-democracia.

Enquanto se cobre com essa fraseologia "marxista",o revisionismo usa sempre um de dois métodos: ou nega as particularidades existentes de país para país,de região para região,de época para época,para poder impingir as suas receitas como expoentes de fidelidade à teoria marxista; ou então vê só essas particularidades,o que é uma forma de negando a universalidade das leis históricas,negar a validade universal da teoria científica do marxismo. Qualquer destas formas abandona o mais importante: o métodó. "Não se trata apenas de compreender as leis gerais deduzidas por Marx,Engels,Lénine e Staline através do seu estudo extensivo da vida real e da experiência da revolução,mas sim estudar a posição e o método que eles adoptaram no exame e solução dos problemas",Mao- Tsé-tung,"O Papel do Partido Comunista da China na Guerra Nacional",Outubro de 1938.

Nota 3 — Esta decadência da prática revolucionária convertida em aplicação mecânica de fórmulas é já evidente no primeiro número da "Unidade Popular". Podia--se que o Comité Executivo,certamente "interessado em procurar elementos da vanguarda, em organizar e prepara os que surgem",fizesse um bom jornal; sem este,essa procura, organização e preparação é inteiramente impossível. Mas,desprezando como vimos o árduo,demorado,longo trabalho de estudo,quer da teoria,quer da realidade portuguesa actual,o Comité Executivo demonstra ao vivo que sem esse estudo,a prática morre. A "Unidade Popular" vive a leste dos problemas do país: nem são precisas as informações de uma extensa rede de comités comunistas,nem é necessária a existência de um aparelho partidário extremamente ramificado,para nos darmos conta da efeverscência que tem agitado todos os meios nacionais; basta,para isso,a leitura da imprensa diária portuguesa. Mas onde se encontram,na "Unidade Popular",os reflexos dessa efeverscência? O jornal é de mil novecentos e sessenta e nove,ou de setenta,ou de setenta e um? Onde as lutas operárias que cada vez mais se estendem a todos os pontos do país? Onde a grande agitação reivindicativa que tem tocado inúmeros sectores,exprimindo-se nas pressões da classe operária junto às direcções dos sindicatos fascistas? Onde a agudização das contradições da grande lavoura? Onde a agudização das contradições entre os latifundiários e a grande burguesia industrial? Onde o cada vez maior isolamento do partido de Cunhal,contestado à esquerda pelos revolucionários,à direita pelo burguesia liberal que,seguindo Mário Soares,gira cada vez mais na órbita do fascismo de Marcelo? Onde a desmistificação das eleições,da nova lei do voto,das manobras pró-eleitorais da oposição burguesa de todos os tons? Onde a crítica à teoria pequeno-burguesa,dia a dia mais espalhada,da luta armada não dirigida pelo partido do proletariado? Onde a guerra nas colónias? Onde as bases estrangeiras e o recrudescimento das manobras diplomáticas dos fascistas portugueses no seio da NATO? Onde tudo? Será com esta a "Unidade Popular" que vamos "procurar elementos da vanguarda,organizar e preparar os que surgem"?

E a teoria,que lhe resta? Podemos já calcular qual será a sua triste sina. Não é este o local indicado para ensaiar qualquer crítica mais completa às publicações do Comité posteriores à 2ª Conferência; sobre esses assunto farei em breve um relatório. Mas não posso deixar de referir,porque são extremamente elucidativos,alguns pontos do primeiro número da "Estrela Vermelha". A preguiça ideológica,a falta de espírito crítico,o ter por comprovado aquilo que não passa de opinião geral,leva por exemplo a a-

ceitar-se como consequente a luta de Campos dentro do Comité Central revisionista;mas esquece-se,ou ignora-se,ou não se sabe analizar,o documento que consumou essa luta dentro do partido de Cunhal, "Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento", de Dezembro de 1963; esse documento assenta em bases teóricas falsas e extrai delas conclusões erradas; a linha fapista deduz-se necessàriamente das ideias expressas nesse relatório. Dizer que a FAP encarnava uma nítida demarcação com o revisionismo na questão da frente é mais uma vez esquecer,ou ignorar,ou não saber analizar o expresso apoio inicialmente declarado pela FAP à organização burguesa FPLN (ver a página 15 de "O Caminho da Insurreição Anti-fascista e da Liberdade"). Essa inteira falta de espírito crítico; a falta de um trabalho de estudo e de análise; o contentar-se em repetir aquilo que até agora tem sido dado como certo,sem sequer tentar inquirir a razão ou a sem-razão de tal "certeza",impede a "Estrela Vermelha" de sair do já tão batido caminho das asneiras convencionais sobre a origem e os primeiros anos da nossa organização. Mas fossem os erros "históricos" os únicos que existissem,ou os mais importantes... O espontaneismo,o desprezo pela ideologia,revelam-se na "Estrela Vermelha" com o descaramento do velho economismo; e embora,como sempre,esse economismo seja negado em palavras,na prática não se sai do seu campo. Também no tempo de Lénine,os economistas não negavam nos seus escritos a necessidade de dar ao proletariado uma consciência política; era no modo prático como pretendiam dar tal consciência política à classe operária,era na sua actuação concreta,no dia a dia,que eles desmentiam as suas palavras e se revelavam como sabotadores. "Quando os operários desencadeiam uma luta económica em Portugal fascista,daí vem-lhes geralmente uma consciência política",lê-se na "Estrela Vermelha" (pág. 31). Mas será daí que lhes vem uma consciência política? "Estamos todos de acordo",dizia Lénine aos economistas,"que tem de se desenvolver a consciência política da classe operária. A questão é saber como o fazer e que é preciso para tal. A luta económica 'incita a pensar' os operários ùnicamente na atitude do governo para com a classe operária; assim,quaisquer que sejam os esforços que façamos para 'dar à própria luta económica um carácter político',nós nunca poderemos,no quadro desse objectivo,desenvolver a consciência política dos operários (até ao nível da consciência política social-democrata),porque esse quadro é ele mesmo demasiado estreito." Mais adiante fala Lénine do "erro capital de todos os economistas,que é a convicção de que se pode desenvolver a consciência política da classe operária,por assim dizer do interior da sua luta económica,isto é,partindo ùnicamente (ou pelo menos principalmente) dessa luta,baseando-se ùnicamente (ou pelo menos principalmente) nessa luta (...) A consciência política de classe só pode ser dada ao operário do exterior,quer dizer do exterior da luta económica,do exterior da esfera de relações entre operários e patrões. O único domínio de onde se pode extrair esse conhecimento é o das relações de todas as classes e categorias da população com o Estado e o Governo,o domínio das relações de todas as classes entre si" ("Que Fazer?"). Um bem expresso e declarado economismo — quer-se melhor exemplo das consequências práticas a que levam fatalmente posições como as do Comité Executivo,no desprezo pela formação teórica,na incompreensão do verdadeiro carácter da teoria revolucionária?

SOCIALISMO CIENTÍFICO OU DOGMATISMO ?

carta à

comissão central

do

Comité Marxista-Leninista Português

Há mais de 120 anos que foi publicado o "Manifesto Comunista",há 86 que Marx morreu,sentado à sua mesa de trabalho, a teoria e a prática comunista adquiriram uma tradição e uma história acidentada que as enriqueceu em experiência mas que nos podem fazer esquecer a frescura e a novidade do marxismo. Mastigada pelos ruminantes académicos e vomitada envilecida,a doutrina de Marx é citada por cada estudioso e topa-se a cada passo com ela em qualquer página de jornal; esta omnipresença corresponde a duas coisas: a primeira,a rápida expansão que a doutrina marxista teve como a única arma de análise científica da realidade; a segunda,o enorme trabalho,dia a dia mais frenético,dos intelectuais burgueses de todos os cambiantes para fazerem entrar o "marxismo" (o deles,que não o de Marx) nos hábitos da sociedade capitalista,para o rotinizarem e reduzirem,para o tornarem inofensivo. É papel dos revolucionários o demarcarem-se de cada nova invenção da burguesia ou,mais precisamente,de cada máscara com que a burguesia apresenta as mesmas e tão estafadas invenções.

Cabe,portanto,perguntar em que base se deve erguer tal demarcação. Que trouxe o marxismo de novo,de essencialmente novo,sem o que desaparece como arma do proletariado na luta pela sociedade sem classes?

O ideal de uma sociedade em que cada homem fosse inteiramente livre sem tal liberdade ser nociva à liberdade dos outros homens,uma sociedade sem guerras nem opressão nem classes de senhores e escravos,sociedade da abundância e da paz,é contemporâneo dos mais antigos desejos de felicidade; muito se escreveu através dos séculos sobre esta sociedade ideal,que servia de meta para que se devia tender sem nunca se poder alcançar,e não de objectivo a construir,inteiro e palpável,sobre a terra. Era tarefa do bom monarca,ou da virtuosa república,aproximar-se o mais que pudessem da cidade do Sol,mas entre o desejo que se passava ao papel e o mundo que se via existir e se pensava modificar,a distância era intransponível e fracos os meios à disposição. A sociedade sem classes permanecia no terreno da utopia e no terreno da utopia era construída e modificada sem cessar por homens que viravam costas à realidade por falta de armas para a poderem encarar. O marxismo é essa arma. A partir de então,o comunismo não é um sonho sem base real e,por conseguinte,fundamentalmente assente em voos de imaginação; o método de Marx permite construir o comunismo sobre a própria realidade, "transformar o mundo".

Também não é original de Marx a ideia de que só com a tomada do poder de Estado se pode transformar a sociedade; desde a velha Grécia que a conquista do poder de Estado é um tema constante na literatura,e não só na literatura política. É sabido que a conquista do poder de Estado pelo proletariado lhe imprime características diferentes do que se fosse tomado pela burguesia ou qualquer outra classe exploradora; essa diferença reside precisamente no carácter explorador das classes que até 1917 tomaram o poder (se esquecermos o breve ensaio da comuna de Paris) e no carácter libertador do proletariado,o que equivale a dizer que a conquista do poder de Estado é determinada pela finalidade objectiva com que esse poder é tomado. Entre a tomada e a conservação do aparelho de Estado nas mãos da burguesia e a tomada do aparelho de Estado e a sua aniquilação pelo proletariado há uma diferença radical; as técnicas,os métodos,os sistemas de organização de um e outro Estado,uma ou outra ditadura,serão inteiramente diferentes,pelo que é de todo em todo impossível pretender elaborar uma teoria da tomada do poder em si,ou o Estado em si. O Estado do proletariado é a ditadura para a burguesia,a democracia para os trabalhadores; é dentro desta fórmula,é precisamente na sua extremação,que o Estado será aniquilado e as classes abolidas; o agravamento constante da luta de classes,o acentuar do terrorismo da burguesia a cada nova derrota sofrida pelo capitalismo,levará à extremação da ditadura do proletariado,isto é:ao aumento da democracia para os trabalhadores,ao aumento da ditadura sobre a burguesia; neste sentido caminhou a revolução cultural da China. A revolução cultural é um passo qualitativamente diferente dentro da ditadura do proletariado; com a revolução cultural,a luta de classes é levada a todos os campos,deixando de se travar exclusivamente ou acentuadamente,no campo político restrito e no campo económico,passando a abarcar todos os ramos da vida: a cultura,os hábitos,toda a civilização. Mas muito mais do que isto,com a revolução cultural,a ditadura dos trabalhadores sobre a burguesia é exercida fundamentalmente (não exclusivamente) pelas vastas massas trabalhadoras,enquanto

que nas etapas anteriores da ditadura do proletariado a repressão sobre a burguesia era exercida fundamentalmente (não exclusivamente) por uma estrutura especializada, o aparelho policial. Este novo passo corresponde a um progresso da democracia entre os trabalhadores e ao mesmo tempo,e por isso mesmo,a um aumento da ditadura sobre a burguesia (Nota 1). Os problemas e os métodos da tomada do poder pelo proletariado e da violência revolucionária não podem ser pensados isoladamente do fim último dessa tomada do poder: a aniquilação do Estado e a construção da sociedade sem classes. Não foi Marx quem descobriu a importância da tomada do poder de Estado,nem a importância desse poder para o proletariado; o que o marxismo nos ensina é a pensarmos todos os problemas do Estado e da violência em relação ao fim último. Se quisermos fundar o comunismo na realidade existente e não sobre uma imaginação fabulosa,então temos de estudar pedra a pedra a sua construção e a terra sobre que vamos erguer o edifício; sem isso poderemos conquistar o poder,ou com a coragem dos militantes, ou com a técnica das armas e da conspiração,ou com o oportunismo civil dos golpes de corredor,mas não poderemos nunca construir o comunismo.

Que trouxe o marxismo de novo? A aplicação de um método verdadeiro,isto é: correspondente à realidade,à vida social,aos problemas humanos. A possibilidade de,com esse método,penetrarmos tão profundamente na realidade que,das interpretações parcelares que até aí o homem tinha produzido,se pôde chegar a uma interpretação global que permitiu a transformação,e o caminho para a transformação global do mundo. As raízes da sociedade ideal não saem já da cabeça do autor,mas da própria realidade. O poder de Estado,a sua conquista e a sua evolução não são pensáveis isoladamente do fim último,não dependem da coragem do homem (mito do guerrilheiro) ou da perfeição técnica da arma (mito da bomba atómica),mas sim da finalidade objectiva por que luta cada uma das partes em jogo.

"O socialismo tornou-se uma ciência". É esta,sem mais nem menos,a velha novidade de Marx.

Nos nossos dias,o revisionismo de Cunhal é um herdeiro em linha direita do velho comunismo utópico; aliás,Cunhal limitou-se a dar uma expressão teórica mais elevada,portanto mais demagógica,à ideologia reinante,desde a origem,no partido comunista português. Na sua "Contestação à secretaria do tribunal militar especial",escrita na fortaleza de Angra em 1936,Bento Gonçalves,à altura o secretário-geral do partido comunista português,estabelece a filiação da sua organização: "O P.C. é o herdeiro das tendências liberais e dos valores intelectuais progressivos do povo português. E a história do nosso país é toda ela cheia de acontecimentos grândiosos que arrancaram à ditadura fascista todas as bandeiras da tradição e do desenvolvimento histórico português. Nós vimos desse povo que fez a revolução do Mestre de Aviz e que definiu a nacionalidade portuguesa em luta contra a nobreza de Portugal enfeudada à coroa de Castela. Nós vimos desse povo que já antes da restauração de Portugal,quando D. João IV ainda hesitava entre servir a casa de Espanha ou seguir as directivas da casa de França e de Inglaterra,se batia nas ruas contra a dominação nacional da nobreza espanhola. Nós vimos desse povo que se levanta em massa contra o ultimatum inglês e que debaixo desse imperativo de soberania nacional derrubou a monarquia em 5 de Outubro de 1910. Nós vimos desse povo que criou a 'Portuguesa' onde se encerra mais ideia de Nação do que tudo o que poderá conter a esse respeito toda a Torre do Tombo dos decretos e das notas oficiosas do 'Estado Novo'."

Texto esquecido (?) pelos que se entretêm a fabricar mitos. Para Bento Gonçalves,a organização da vanguarda do proletariado seria a depositária de tradições nebulosas e muito deturpadas pela historiografia posterior,como a restauração de 1640 em que o povo — pequenos artesãos,camponeses (em que medida? de que forma?) — se bateria sempre e forçosamente por interesses alheios; como a revolução de 1383-85,em que sob a direcção de uma burguesia nascente e de uma pequena nobreza de senhores sem terras e de filhos segundos,o povo se bateu pela vitória dessa pequena-nobreza que ràpidamente se apossou de terras e conduziu para o Norte de África uma expansão cujo objectivo era a conquista territorial,revigorando serôdiamente um feudalismo que se esboroava já pelas outras partes da Europa. Mas o partido do proletariado se

ria ainda o depositário de outras tradições,mais graves essas: a tradição de colonialismo e chauvinismo imperialista que presidiu às lutas quando do ultimatum britânico, lutas a que Bento Gonçalves chama "imperativo de soberania nacional"; a tradição de colonialismo e chauvinismo imperialista que caracterizou precisamente a ala radical do liberalismo durante a monarquia,que caracterizou os vintistas e os seus continuadores, sobre quem Bento Gonçalves diz: "Nós lutamos pela restituição ao povo português de todas as liberdades democráticas,conquistadas pelos nossos antepassados,desde 1820 a 1910 e que a Ditadura lhes arrancou" (idem). Esse imperialismo e chauvinismo burguês radical,o culto da raça que ia ser mais tarde apanágio do fascismo,tiveram a sua expressão musical,para assim lhe chamarmos,em "A Portuguesa",hino que Bento de Gonçalves reivindica para o seu partido porque aí "se encerra mais ideia de Nação...". Pobres revisionistas de Cunhal,que tão ridicularizados foram quando no manifesto de 22 de Setembro do ano passado apelaram para que se cantassem os "Heróis do mar"! Seguiam afinal, e fielmente,a tradição do seu partido... (Nota 2)

Essa tradição burguesa liberal de que o partido comunista português expressamente se constituiu herdeiro e executor testamentário foi o fundamento ideológico do ultra--direitismo reinante no tempo de Pedro Soares,Júlio Fogaça,João Rodrigues e outros;fugido da cadeia,Cunhal conduziu contra este desvio uma luta que Francisco Martins descreve: "Por sua vez,a resolução sobre o desvio de direita e o artigo do 'Militante' nº 111 confirmam e acentuam a ideia,que já o relatório deixava,de que a Direcção do Partido está a criticar um conjunto de concepções erradas esbatendo propositadamente a crítica à causa que as explica: o abandono das tarefas duras da aliança operária-camponesa,em cujo poder se perdera a confiança,e o esforço para captar a burguesia oferecendo-lhe a 'colaboração leal' do proletariado. (Neste aspecto,está longe de ter sido desmascarada toda a degradação de certos passos do manifesto de Julho de 1959). Detrás da crítica às manifestações de oportunismo é a própria crítica ao oportunismo que fica apagada e frouxa" (em "O debate dentro do Partido contra o oportunismo de direita",Agosto de 1961). E na "Revolução Popular" nº 5 diz: "... a Declaração(contra o desvio de direita) nada faz para pôr fim a esta degradação e elevar o proletariado e o Partido a um lugar dirigente; ela não põe em relevo os interesses revolucionários do proletariado por oposição às classes exploradoras,não revela o carácter da luta de classes em curso no país,não aponta o caminho da conquista do poder político,não estuda as etapas da revolução portuguesa nem as suas tarefas. A Declaração mantém o Partido encerrado na perspectiva da luta pelo derrubamento da ditadura fascista" (em "A unidade em 1944-49 — uma experiência actual",pág. 18).

O que é a linha do "levantamento nacional",o que é a "política de unidade",senão o apagar das barreiras entre as classes,o tentar atenuar e resolver pacificamente a luta das classes? Também o comunismo utópico,da época em que os conflitos sociais não se tinham ainda extremado,em que um proletariado incipiente e mal definido não possuia uma linha própria que lhe pudesse dar constância e firmeza na luta,também esse comunismo utópico se embrenhava nos vãos sonhos de evitar a guerra entre as classes,de evitar o derramamento de sangue,propondo-se como fim a conciliação do patrão e do operário,do explorador e do explorado; esta ideologia,determinada pela inexistência ou pelo atraso na formação do proletariado,consequentemente por conflitos sociais esparsos e ainda não generalizados que criavam a esperança de uma solução pacífica,ganhou entre nós sólidas raízes,dado o atraso da industrialização em Portugal. O reformismo de Cunhal,resultante directo da ideologia burguesa radical reinante no partido comunista português desde a sua fundação,está por isso muito mais perto dos sonhos fantasistas de fraternidade do comunismo pré-científico,do que do revisionismo dos países industrialmente avançados como a França. É exactamente esta diferença entre estes dois tipos de revisionismo que explica a fama de "revolucionário" que o partido de Cunhal pode gozar entre os seus congéneres. Este "revolucionário" não é mais que o continuador dos idealistas utópicos da burguesia radical,que tingiam de demagogia libertária os seus sonhos doirados de fraternidade pacífica e de conciliação entre os trabalhadores e os patrões "honrados",por oposição aos revisionistas de tipo Waldeck Rochet,funcionários dessorados de uma aristocracia operária,homens-de-mão do imperialismo e prosaicos profetas da sociedade tecnocrata.

Estes últimos, os revisionistas contemporâneos, oportunistas da fase do imperialismo, têm a sua génese nesse mesmo imperialismo e são explicados pelas condições económicas e sociais dominantes nos grandes países imperialistas: "É evidente que um super-lucro tão gigantesco (de que os capitalistas se apropriam, além do que espremem aos operários do seu 'próprio' país') permite corromper os dirigentes operários e a camada superior da aristocracia operária. Os capitalistas dos países 'avançados' corrompem-nos, e fazem-no de mil maneiras, directas e indirectas, abertas e ocultas.

"Esta camada de operários aburguesados ou de 'aritocracia operária', completamente pequeno-burgueses quanto à sua maneira de viver, pelos seus ordenados e por toda a sua mentalidade, é o principal apoio da Segunda Internacional e, hoje em dia, o principal apoio social (não militar) da burguesia. Efectivamente, são estes os verdadeiros agentes da burguesia no seio do movimento operário, os lugarestenentes operários da classe capitalista, os verdadeiros portadores do reformismo e do chauvinismo. Na guerra civil entre o proletariado e a burguesia, colocam-se inevitàvelmente, em número considerável, ao lado da burguesia, ao lado de Versailles contra a Comuna" (Lénine, "O Imperialismo, fase suprema do capitalismo", ed. em língua espanhola, 1947, págs. 13-14). E comentando uma carta de Engels a Kautsky sobre a força do oportunismo na classe operária britânica, diz: "Eis aqui, claramente indicadas, as causas e as consequências. Causas: 1) a exploração do mundo inteiro pelo referido país; 2) a sua situação de monopólio no mercado mundial; 3) o seu monopólio colonial. Consequências: 1) aburguesamento de uma parte do proletariado inglês; 2) uma parte do referido proletariado deixa-se dirigir por gente comprada pela burguesia ou, pelo menos, paga por esta" (idem, pág. 141).

Parece-me evidente que qualquer forma de revisionismo tem uma única consequência: subordinar a classe operária aos interesses da burguesia. Mas se quisermos lutar eficazmente contra o revisionismo não nos basto saber que ele é um apoio do capital, temos que descobrir em que moldes o apoia, como evoluirá e reagirá face às situações, e assim por diante. Para vencermos um inimigo, precisamos de o conhecer tão bem como a nós próprios.

Em Portugal, num país econòmicamente dependente há dois séculos e meio, com uma indústria implantada com ~~uma~~ notável atraso e fraquíssima a[illegible] aos princípios deste século, não se verificaram fenómenos característicos dos países capitalistas avançados; a própria dominação colonial portuguesa assumiu até à relativamente pouco tempo formas económicas extremamente primitivas. Foi esta situação que permitiu à nossa burguesia radical dirigir e conduzir em seu proveito a maior parte dos movimentos populares dos últimos cento e cinquenta anos; o revisionismo de Cunhal é a expressão contemporânea dessa velha tradição de interesses. Os sonhos de fraternidade entre as classes, a raiva ao "punhado" de homens que impediria essa fraternidade (Nota 3), os vôos líricos em defesa da "liberdade" (de quem?), tudo isto, a substância da literatura revisionista portuguesa, é o conteúdo típico dos comunistas utópicos da infância do proletariado. A evolução do capitalismo em Portugal, a modernização da exploração colonial e a guerra de libertação dos povos coloniais têm colocado, e colocarão de modo cada vez mais agudo, novos problemas a que o revisionismo de Cunhal não se conseguirá adaptar; surgem então outras formas de oportunismo, formas contemporâneas correspondentes às novíssimas situações. Esse fermentar e as suas consequências desenham-se hoje dia a dia mais nítidas, mas nunca as poderemos compreender, e criticar, e vencer, sem determinarmos bem as diferenças entre o revisionismo de Cunhal e as novas formas de oportunismo, sem filiarmos cada uma na sua época e no seu parentesco. Cunhal, filho dos socialistas-utópicos, ao lado dos republicanos radicais e dos socialistas românticos do século dezanove, eis o retrato de família do secretário-geral e do seu partido, desde a formação.

Os últimos dez anos trouxeram-nos as consequências que seriam de esperar da evolução da classe operária portuguesa, do seu crescimento e concentração; chegado a uma maturidade que permitia a elaboração de uma linha política própria, assente na análise científica da realidade, o proletariado pôde também analisar criticamente a sua já longa experiência de luta, a sua tradicional subordinação aos interesses da burguesia e o modo como essa subordinação se expressava teòricamente. A tal tomada de consciência e

aos primeiros passos dados pela nova geração dos revolucionários portugueses está indissociàvelmente ligado o nome de Francisco Martins Rodrigues, que mais tarde traíu infamemente na polícia. Com Francisco Martins, pela primeira vez se tentou uma crítica sistemática e contínua, e mais tarde organizada, à ideologia burguesa radical no seio do movimento operário.

Francisco Martins teve uma consciência nítida da filiação de Álvaro Cunhal na velha escola portuguesa do socialismo utópico, pré-científico (Nota 4), e viu por que elo se devia pegar para romper a cadeia que até agora tem escravizado as lutas do proletariado aos interesses da burguesia: "O empirismo continua a ser um dos maiores enimigos do Partido. Ele só será eficazmente combatido quando se puzer a claro que a subestimação do elemento teórico é entre nós um sintoma da subestimação do papel determinante do proletariado e do seu Partido no caminho para a democracia e o socialismo", é assim que termina a já citada carta de Agosto de 1961 à Direcção do Partido Comunista. O atraso cultural do proletariado português é obra do fascismo e dos regimes burgueses anteriores; mas Cunhal em o seu grupo não só beneficiam desse atraso cultural, como o exploram, deturpando a tradução do "Manifesto Comunista" (Nota 5), não traduzindo nenhum clássico do marxismo, à excepção da referida "tradução" do Manifesto, etc.; a elevação do nível ideológico e da formação teórica dos militantes comunistas era, para Martins Rodrigues, a primeira das tarefas, a base de todo o trabalho futuro. É esta a raíz da luta por ele travada ainda dentro do partido de Cunhal: "A experiência já longa dos erros graves a que o Partido tem sido arrastado quando tem a sua Direcção impossibilitada de lhe dar antes de mais nada uma linha de orientação leninista, deverá servir-nos para tirar conclusões àcerca do valor das questões teóricas. Os desvios repetir-se-ão se a Direcção do Partido não criar condições para uma verificação e aprofundamento constantes dos aspectos mais gerais da linha do Partido", diz na ccarta que citei.

Convencido da impossibilidade da sua luta dentro da organização revisionista, Francisco Martins cinde. As posições estavam agora claras e os perigos que ameaçavam a luta revolucionária portuguesa tornavam-se mais evidentes; depois de enumerar a ameaça do oportunismo e do revisionismo soviético, escreve-se na "Declaração do Comité Marxista-leninista Revolução Popular": "A experiência do nosso movimento revolucionário mostra também como o dogmatismo, repetindo mecânicamente os textos marxistas e as experiências revolucionárias dos outros povos, receando a análise marxista e as lições vivas do movimento de massas, enfraquece as forças revolucionárias e acaba por se transformar no melhor auxiliar do oportunismo e do revisionismo. A nossa luta contra o oportunismo e o revisionismo é simultâneamente uma luta contra o dogmatismo. Não temos em vista a repetição de textos nem especulações desligadas da realidade, mas o estudo vivo da luta de classes que se trava actualmente em Portugal, de forma a contribuirmos para o triunfo do nosso movimento revolucionário através do estudo das leis científique o regem. 'O estudo e a popularização do marxismo ao serviço da revolução portuguesa' — é a directriz do nosso trabalho" (Abril de 1964). O dogmatismo é a ameaça inerente a todo o movimento revolucionário ideològicamente atrasado. A repetição mecânica de textos, em vez da explicação e da análise desses textos partindo do estudo da realidade portuguesa; o consequente desfasamento entre a teoria e a prática, transformando-se a teoria num corpo de fórmulas estéreis cuja única utilidade é encobrirem o melhor possível o oportunismo zigzagueante da acção — todos estes riscos previsíveis se vieram a confirmar na prática. Em Janeiro de 1965, lê-se na "Revolução Popular": "O trabalho teórico levado a cabo pelo Comité lançou já as bases para uma análise marxista da luta de classes e das características da revolução portuguesa na etapa actual; mas esse trabalho é apenas um ponto de partida que deve ser aprofundado. A reunião (de militantes marxistas-leninistas realizada em fins de 1964) assinalou que, dada a falta de amadurecimento ideológico do movimento revolucionário nacional, mantido durante décadas num practicismo acanhado, é de esperar a manifestação de tendências pseudo-marxistas nas nossas fileiras e há que conduzir contra elas um combate constante e resoluto. Nos meses de actividade decorridos, assistiu-se com frequência a manifestações de atraso político e de desprezo pelo estudo, o que facilita, sobretudo entre elementos intelectuais, a atracção por tendências ao marxismo-leninismo, desde o 'dinâmico' e 'democrático' revisionismo italiano até ao falso extremismo trotskisante, des-

de o activismo cego até às repetições dogmáticas de textos que não assimilam. Para formar uma sólida base marxista-leninista nas nossas fileiras há que criar em todos os militantès o hábito de racicionar e aprender sobre as experiências diárias da luta de classes,elevar o seu conhecimento do movimento revolucionário português e do movimento mundial,chegar pela luta de ideias à superação das contradições no pensamento e a noções que reflictam mais exactamente a realidade".

E em Abril do mesmo ano,diz a "Revolução Popular": "Pela nossa parte,trabalharemos por elevar realmente o nível ideológico de todo o Partido porque sabemos que disso depende a derrota da direcção reformista e a reconstituição dum partido marxista-leninista em Portugal". Elevação do nível ideológico,aprofundamento constante,estudo científico da realidade — considerar tudo isto como base insubstituível do trabalho futuro é proclamar uma radical revolução nas tarefas,no estilo de trabalho e na mentalidade a que dezenas de anos de estreito practicismo habituaram os militantes revolucionários portugueses; e não é de um dia para o outro que a realidade nacional é estudada, que os conhecimentos teóricos são elevados,e que a uma mentalidade de preguiça teórica se substitui um espírito crítico e científico. É sabido,e a prática demonstrou-o até à exaustão,que a linha seguida no tempo de Francisco Martins Rodrigues falhou. Não é menos sabido que a direcção de Francisco Martins descurou a luta no campo organizacional quase a reduzindo a uma luta pura de ideias,como se essas ideias e a organização concreta de quem as defende fossem realidades separáveis. Com três meses de atraso sobre a declaração política da FAP,surge a declaração política do que em breve se viria a chamar Comité Marxista-Leninista Português,mas que por enquanto se chamava Comité Marxista-Leninista "Revolução Popular",o que é muito sugestivo das finalidades puramente editoriais a que de início era destinado. Essa Declaração termina com um enunciado de tarefas: "Entre os objectivos práticos de 'Revolução Popular' contam-se: a publicação de artigos e ensaios sobre o movimento revolucionárioo português e mundial; a divulgação em Portugal de textos e documentos do movimento comunista internacional; a publicação de cadernos de popularização do marxismo; o estudo colectivo da teoria marxista-leninista e a organização de debates; a ligação de núcleos marxistas no país e na emigração. 'Revolução Popular' procurará alargar a sua acção de propaganda,editando no mais curto prazo um orgão teórico regular dos marxistas-leninistas portugueses". No último lugar da bicha vem,indicado de forma extremamente vaga e imprecisa,um incipiente trabalho de organização. E mais nada se diz sobre o assunto.

Entretanto,a FAP ia-se estruturando e desenvolvendo. Qual a razão de ser deste erro? A resposta é trabalhosa e implica um estudo de documentos,a maior parte dos quais não estão publicados,embora devam existir nos arquivos do Comité (Nota 6). Mas penso que não deve ser alheia a este problema uma concepção fundamentalmente errada que Francisco Martins defendeu com a maior clareza em "Luta pacífica e luta armada no nosso movimento",texto de enorme importância visto que se trata do seu último escrito enquanto membro do comité central revisionista. Aí,Francisco Martins atribui à violência um papel de linha de demarcação entre os revisionistas e os marxistas-leninistas; considerando a violência "em si",isolando-a da sua finalidade e dos seus objectivos,Martins Rodrigues esquece que só esses objectivos podem servir de demarcação entre comunistas e não-comunistas. A violência,passo para a conquista do poder de Estado,é uma técnica que,como qualquer outra,é caracterizada pelo fim a que se destina,não podendo ela própria caracterizar. Mas se,para Francisco Martins,a violência servia de demarcação,e se, no caso português e nas circunstâncias actuais,era ela a demarcação,então era lógico que do desencadear da violência floresceriam marxistas-leninistas,logo atraídos pelas edições teóricas do Comité. Quantos e quantos oportunismos se têm baseado na violência! Blanqui,Trotsky e Guevara não são violentos? O poder mágico da violência como origem de uma concepção justa,e não como fruto dessa concepção,deu os resultados que são de esperar sempre que uma técnica,ou um conceito de carácter técnico,predominam sobre a política.

Nunca a organização foi capaz de resolver este problema,embora já no tempo de Francisco Martins Rodrigues tivesse consciência dele e do mal estar que se criava no Comité. Em Janeiro de 1965,a "Revolução Popular" nº 2 escreve: "A reunião (já citada atrás) criticou vivamente o facto de o trabalho de esclarecimento ideológico do Comité

não ter sido acompanhado desde o início por um trabalho paralelo no terreno orgânico (...) A experiência mostra que o trabalho de mobilização das grandes massas populares para a luta anti-fascist,que domina sobre as tarefas actuais,só se tornará eficaz se fôr apoiado numa estrutura partidária marxista-leninista muito firme,num núcleo revolucionário sólido. Por isso,continuando e álargando o trabalho ideològico,um grande esforço deve ser dirigido desde agora para a formação de células marxistas-leninistas, como primeiro passo para a constituição dum partido. (...) O atraso na constituição de células marxistas-leninistas resulta também da tendência de muitos militantes para desligarem a luta ideológica e política duma plataforma orgânica e para esperarem que as ideias revolucionárias se imponham espontâneamente. (...) Uma outra deficiência no trabalho orgânico realizado tem sido a fluidez do controle central aos novos núcleos marxistas-leninistas que surgem e começam a desenvolver uma actividade política espontânea,guiando-se apenas por directivas muito gerais" (págs. 4-5). A "Revolução Popular" nº 3 enuncia explìcitamente que "os marxistas-leninistas têm hoje sobre os seus ombros a responsabilidade de reconstituir o Partido Comunista Português,em bases marxistas-leninistas,única via para a unidade do proletariado portuggês (...) enquanto não existir um partido marxista-leninista,não é de esperar que a luta antifascista pelo socialismo faça progressos consideráveis" (pág. 5).

As prisões de Outubro-Novembro de 1964 tornaram mais agudo o problema e mais necessária a sua resolução; mas ainda nessa altura a organização foi incapaz de vislumbrar a origem concreta dos erros no trabalho,considerando-os "tombos em que poderemos 'alaijar-nos' mais ou menos,mas que serão sempre inevitáveis" dado que se trataria de aplicar uma nova linha e de executar novas tarefas (em "A eficácia sem linha não é nada", "Revolução Popular" nº 6,de Dezembro de 1965). Sobre a falta de solidez de qualquer trabalho que não desse a primazia à construção do Partido,nem uma palavra. E ignorava a direcção a necessidade básica de reconstruir o Partido? Pois como a poderia ignorar se ela própria já repetidamente a afirmara?!

Os fins do ano de 1965 e Janeiro de 1966 foram desastrosos para o Comité. Mas a raíz do mal era funda de mais para poder vir ao de cima pela pura rèpetição dos factos; em 27 de Janeiro de 1966,na última carta enviada pela Direcção do interior para a organização do exterior,e a fiarmo-nos numa citação do documento "As futuras tarefas",escreve-se: "Verificámos numa reunião recente do organismo dirigente que as dificuldades e exigências práticas do dia-a-dia nos podem (sublinhado meu) levar a uma certa forma de oportunismo,deixando sempre para segundo plano as tarefas que não se impõem com tanta agudeza no plano táctico,mas que são estratègicamente as principais, como é o caso do Partido" (pág. 5).

As prisões,a debandada de aderentes,o exílio forçado e a dispersão pareciam à primeira vista ter liquidado o Comité Marxista-leninista Português,mas,por mais ferozes Sachettis,nunca se matam as ideias que correspondem a qualquer necessidade objectiva, e um ano e tal depois funcionavam em Lisboa e na sua cintura operária,com uma esporádica expansão a alguns pontos da província,três comités,embora com um trabalho pouco regular e com fraca tiragem. No entanto,para a historiografia oficial da nossa organização,e para a dos grupos cisionistas,a vida e as experiências desses comités permanecem numa bruma cómoda — uns,para não desvendarem as suas actividades provocatórias, outros,para ocultarem a responsabilidade que lhes cabe na falta de apoio e de controle em que esses comités viviam,outros ainda por razões que veremos mais para a frente. Assim,a partir da prisão da Direcção e da quase totalidade dos membros do Comité e da FAP,a acidentada história da nossa organização vai ser reduzida exclusivamente ao exterior,o que já é um índice engraçado para quem pretende a libertação do povo português...

As prisões de 1966-67 levaram os militantes mais experimentados e com maior preparação teórica. Se o nível ideológico dos revolucionários portugueses era (é) baixo, o do Comité mais baixo ainda se tornou;apesar disso tentou-se continuar o trabalho da organização,reduzido agora a tarefas acanhadas,a uma actividade editorial irregular, fraca e dispersa,feita no completo isolamento do interior. A confusão não podia ser maior. Como rasgar o horizonte estreito sem o apoio da teoria,sem o estudo da realidade? Como construir o socialismo científico,esquecendo que ele é uma ciência?

A necessidade de auto-crítica do trabalho anterior foi profundamente sentida pelos militantes,mas nada,ou muito pouco,se aprofundou em comparação com o que já dizia a "Revolução Popular". Permanece a consciência de a luta ideológica não ter sido acompanhada por um trabalho paralelo no campo orgânico; mas bastará a consciência desse facto para se ser capaz de,na prática,executar esse trabalho orgânico e proceder à construção do Partido?

Durante um certo período da sua vida esteve o Comité sob uma direcção de tendência trotskista; data dessa época o documento "As futuras tarefas do Comité Marxista-Leninista Português",publicado em Junho de 1966. Também aí se fala de "não se poder ir para o socialismo sem um autêntico partido de vanguarda" (pág. 3) e,um pouco mais adiante: "Sempre a actividade da FAP arrastou a do Comité Marxista-Leninista,sempre predominou a actividade da FAP em detrimento da actividade comunista..." (pág. 6). A constatação é a mesma já tantas vezes feita no tempo de Francisco Martins; mas ter-se-ia na prática avançado qualquer coisa? Basta olharmos para a última folha,onde se programa a actividade futura,para ver que a direcção,impotente ideològicamente,se limita a apresentar como programa ... o "statu quo". Vejamos: "O estado actual da organização impede-lhe manter a actividade,ao nível nacional,da FAP,pelo que,só onde houver uma razoável penetração comunista,se poderá partir para a conquista das massas populares. Onde houver possibilidades locais para manter organismos da FAP deve estimular-se a sua actividade,sob estreito controle dos organismos comunistas". Isto é,onde há deixe-se estar,e onde não há,paciência. Como se constroi o Partido,como se constroi a Frente,e quando,e as relações orgânicas entre um e outro,tudo aquilo que realmente constituía um problema não é analisado,deixa-se de parte. Programa-se o que já está feito,pior,o que se pensa não estar ainda destruído.

Mais ou menos na mesma altura,lemos no "Relatório do camarada Joaquim",ultra-direitista notório,que o "descurar do fulcro ideológico (a unidade m.l. na direcção do movimento revolucionário) despreza a luta ideológica contra o revisionismo e na prática faz-se criar artificalmente um movimento que se não é fàcilmente destruído pela polícia engrossará diluido (sic) em várias tendências". Para além da confusão reinante não só nesta frase mas em todo o relatório,é indubitável que ele exprime a ideia de que um trabalho comunista terá de assentar na prévia construção do Partido,primeira tarefa a cumprir: "Prioridade no pequeno grupo coeso,que seja o mais capaz,porque possui o instrumento teórico correcto,e que se tornará num grupo que se move como se fosse uma única pessoa e que a clareza da sua finalidade promova uma tenacidade inquebrantável e uma eficácia invencível. Isto quer dizer que o grupo que inicia o movimento revolucionário é um grupo comunista,estado maior da revolução". Hoje,sabendo que "Joaquim" prossegiu dentro do Comité uma actividade tendente a entregá-lo à direcção da LUAR (Nota 7),vemos por que aventuras se pasa quando da aplicação da teoria à prática!

O que não é de estranhar,visto que não há nenhum domínio imunizado contra a luta de classes. Por mais correcta que uma afirmação pareça,ela pode sempre ser utilizada como bandeira pelos partidários de uma linha injusta. A demarcação entre comunistas e contra-revolucionários não pode ser feita separadamente da prática de cada um; também Liu Shao-chi era "partidário" da revolução cultural e tinha os seus guardas vermelhos, também ele "defendia" o pensamento de Mao Tsé-Tung. Repete-se uma palavra de ordem que não se aprofunda,ou que se recusa a aprofundar,e ela permanece suficientemente vaga para poder encobrir qualquer prática que seja. É esse o vício do dogmatismo,para que desde há muito já Francisco Martins alertara os revolucionários portugueses. Essa insuficiência teórica mascara o oportunismo da actuação,o qual por sua vez,a pouco e pouco, subrepticiamente,vai introduzindo alterações na teoria,tendentes a justificar a incorrecção da prática. É este o ciclo de geração do revisionismo. Mas não nos adientemos. Iamos a chegar à primeira conferência do Comité.

A primeira conferência é uma confirmação do baixo nível ideológico dos marxistas-leninistas,e pretensos marxistas-leninistas,portugueses. Em relação às análises da "Revolução Popular",nada se avançou no estudo da realidade nacional; e quanto aos outros assuntos,limitou-se a conferência ao enunciado de princípios gerais,sem tentar resolver os problemas já surgidos na tentativa de aplicação de tais princípios à prática.

De então para cá,tem-se tentado fazer crêr que a primeira conferência marcou um passo àvante na vida da organização: "A 1ª Conferência do CMLP marca um enorme passo em frente. Ela põe termo definitivamente à linha oportunista de direita dos fapistas e rejeita o oportunismo de 'esquerda' dos que pretendem negar a justeza da aliança do proletariado com o campesinato e a estratégia definida pela Declaração Política da Frente de Acção Popular. A 1ª Conferênciavem colocar os militantes perante as tarefas da reorganização do Partido,e abre decididamente o caminho para a sua concretização",diz-se na "Estrela Vermelha" (nº1,pág. 23),depois da transcrição do tão citado ponto 9º da primeira reunião preparatória da conferência (Nota 8). Para além da curiosidade dialética de se considerar que pode ser "posto termo definitivamente" a uma linha oportunista,notemos o esforço por fazer datar da primeira conferência a crítica à actuação seguida no tempo de Francisco Martins — não se dar a prioridade à construção do Partido,dispersando-se os comunistas portugueses nas tarefas de uma Frente impossível de controlar sem uma organização partidária estruturada.

Essa falsificação da história já vem de longe. O relatório do organismo Engels considerava as conclusões da conferência "um novo rumo" (em "Só o trabalho comunista pode conduzir à reconstrução do Partido",Julho de 1968,pág. 9) e a segunda conferência do Comité diz que "o problema fundamental da 1ª Conferência foi o da relação do Partido de vanguarda do proletariado e da Frente unida popular. (...) A 1ª Conferência traçou a linha justa,a linha da necessidade da prévia reconstrução do Partido,da construção duma sólida aliança operária-camponesa,e da formação duma Frente unida popular,dirigida pelo Partido de vanguarda" (em "Documentos relativos à 2ª Conferência do CMLP", Novembro de 1968,pág. 12).

Mas quem negara a necessidade da prévia construção do Partido? Por afirmar essa necessidade,teria a primeira conferência dado um memorável passo em frente? Não vimos já que desde fins de 1964 a organização se tem vindo sistemàticamente a auto-criticar por não ter dado às tarefas da construção do Partido a prioridade indispensável? Não é isso mesmo o que dizem os sectores mais diversos,desde os esquerdistas trotskisantes responsáveis pelas "Futuras tarefas",até ao ultra-direitista "Joaquim"? Afirmando a necessidade da prévia construção do Partido; criticando a actuação do Comité nos seus primeiros dois anos de vida por,na prática,ter tentado erguer uma Frente antes de se possuir um núcleo comunista sólido que a pudesse guiar; e ao mesmo tempo não avançando um milímetro sequer no estudo concreto da situação portuguesa, a primeira conferência do Comité limitou-se a estabelecer o que já estava estabelecido,a afirmar o que já se tinha vindo a afirmar,a repetir o que todos diziam,direitistas e esquerdistas,pràticamente desde o nascimento da organização. A indigência teórica em que se permaneceu não permitiu que a primeira conferência estabelecesse qualquer demarcação entre uma linha comunista e uma linha contra-revolucionária. Centrista e eclética,a primeira conferência continuou o estado do Comité,a sua abertura a tendências não comunistas,a sua incapacidade de resolver na prática os problemas a que,em palavras,se propunha. Centrista e eclética,a primeira conferência arrastou o Comité na mesma impossibilidade de definir em teoria as tarefas a executar. A porta estava aberta,e a descida era vertiginosa,para o dogmatismo,misto de fraseologia abstracta e de empirismo oportunista na actuação. O papel da primeira conferência,consagrando a incapacidade teórica,e por conseguinte a ineficácia prática,da organização; nada acrescentando ao que todos já sabiam e limitando-se a estabelecer "uma média",um "equilíbrio" entre as diversas tendências oportunistas do Comité — foi o de atacar ainda mais fundo os marxistas-leninistas portugueses na indecisão da actuação e no confusionismo verbal.

A direcção saída da primeira conferência estava condenada a ser transitória. Sem um corpo teórico suficientemente profundo para sustentar uma prática coerente,atacada à esquerda,à direita,por todos os lados,pelas diversas formas de oportunismo que continuavam a subsistir,a comissão directiva passou o seu ano e meio de reinado tentando conciliar as tendências e fazendo de conta que prosseguia um trabalho orgânico. Forçosamente curto,o período de vigência da comissão directiva corresponde à etapa inicial de formação do revisionismo,em que uma completa ausência teórica que tudo justifica vai permitir o oportunismo da actuação prática. É esta a razão por que durante ano e meio o Comité quase não teve publicações teóricas.

É no trabalho do dia a dia que a comissão directiva vai alicerçar o revisionismo que desde o início ameaçava de perto a organização. Dando a preferência (prática, evidentemente, nunca confessada na teoria) ao trabalho político entre os operários emigrados, a comissão directiva pode assim dizer que prossegue a construção do Partido, tratando de conquistar membros da classe operária. Acontece, no entanto, que a radicação exclusiva, ou predominante, entre os trabalhadores emigrados, não possibilita a base social sobre que deve assentar o partido de vanguarda; em primeiro lugar, a origem de classe dos trabalhadores emigrados é acentuadamente o campesinato pobre, pequenos cultivadores independentes que o progresso da economia, com a concentração do capital, atira para a ruína; há uma grande diferença entre a mentalidade do proletário, cujo fito não é o de tornar-se proprietário mas sim o de destruir a propriedade, e a mentalidade do camponês arruinado que, em princípio, procura reaver a propriedade perdida; um trabalho de consciencialização e educação, e a demonstração prática das vantagens da economia socialista, transformam a grande maioria do campesinato pobre, dando-lhe uma mentalidade comunista; mas para isso é preciso um partido da vanguarda operária, o que não é o caso. Em segundo lugar, pesa muito na mentalidade do trabalhador emigrado o facto de, quando voltar à sua terra, possuir uma situação social superior que o faz sentir-se dominante sobre o meio que lhe deu origem; também esta tendência pode ser contrabalançada em parte dos casos, mas só um partido da vanguarda operária o pode fazer. Em terceiro lugar, o trabalhador emigrado é, por definição, extremamente móvel; ele está aqui para voltar, e é no regresso que todas as suas ambições estão focadas; isto dificulta a tarefa de utilizarmos o meio da emigração para enraizar com solidez as primeiras organizações do partido.

Deste modo, o trabalho orgânico avançava com uma enorme lentidão, o Comité nunca conseguia penetrar profundamente e tudo se esboroava ao primeiro obstáculo. Mas, e isto é que é verdadeiramente grave, o único fruto que tal trabalho produziu foi o de começar a assentar a organização numa base social errada. Se a comissão directiva foi um episódio curto, a sua obra tem consequências demoradas que vão marcar a vida posterior do Comité. Dando a primazia à actividade entre os trabalhadores do exterior, sector onde o atraso ideológico reina por excelência, deram-se nova vida e novas razões de ser ao atraso ideológico e à insuficiência teórica dominantes na organização.

Como era fácil de prever, em breve a comissão directiva chegou ao fim da sua carreira. Da ausência de trabalho teórico resultara o ecletismo que, ajudado pelo espírito centrista e conciliatório que presidia à direcção, lhe sapara as bases da autoridade. O Comité ia entrar numa nova etapa do processo de formação do revisionismo, em que um prolongado oportunismo prático começa a introduzir na teoria alterações que o justifiquem. Essa fase, que começamos agora a atravessar, iniciou-se com a segunda conferência.

Quem colaborou na segunda conferência não pode criticar sem, ao mesmo tempo, se auto-criticar também; mas é este o dever dos militantes marxistas-leninistas. A segunda conferência, se queria penetrar até às raízes do oportunismo da organização, devia obedecer a duas condições: um estudo preparatório aprofundado da realidade portuguesa e da história do Comité, e a participação dos militantes marxistas-leninistas do interior. Bem sabemos que não obedeceu a nenhuma delas. A necessidade de um estudo sério da realidade portuguesa foi negada com a desculpa de que nada mudara que justificasse essa análise: "A 2ª Conferência não surgiu da necessidade de definir uma nova etapa para o trabalho de reconstrução do Partido, nem da necessidade de desenvolver as conclusões da 1ª Conferência, pois que a nossa situação é idêntica" (Documentos da segunda conferência, pág. 12). Como se a realidade não evoluísse! Como se uma análise pudesse alguma vez ser suficiente, como se tudo não devesse ser constantemente aprofundado! Também a história da organização se reduziu ao que até então vinha sendo convencionado. Nenhum novo esforço de investigação, nenhuma tentativa séria para descobrir a raíz do mal. E como este é um ponto essencial, vejamo-lo de perto:

"... a prática da Comissão Directora saída da 1ª Conferência era em tudo oposta às suas decisões ...", diz-se, ou dizemos, na declaração geral da segunda conferência (Documentos, pág. 12). Sendo assim, só há dois rumos; ou analisar bem tais decisões e tal prática, para ver se seriam efectivamente opostas, ou então colarmos dogmàticamente rótulos que nada esclarecem e que permitem pensar que os membros da comissão directiva eram

seres extra-humanos,capazes de elaborar uma teoria certíssima e tão perfeita que os anos não trazem a necessidade de a aprofundar,e ao mesmo tempo capazes de uma prática tão malífica que atirara a organização para as ruas da amargura. Mas essa teoria tão perfeita,vimos nós já que se reduzia à repetição do que todos sempre disseram,desde os fins de 1964; vimos que fôra precisamente esse vazio teórico que permitira a actuação oportunista da comissão directiva. Defender o palavreado da primeira conferência como a mais acabada das teorias e acusar de intelectuais desgarrados os que querem aprofundar os problemas da construção do Partido,e que para isso defendem a absoluta necessidade do estudo da situação portuguesa — é esta a tarefa da actual direcção do Comité. O dogmatismo mostra agora todos os seus frutos; eleva-se à categoria de dogma um palavreado abstracto,separado da realidade,e impede-se — terrível violação do dogma sacrossanto! — qualquer trabalho de concretização que pretenda estabelecer a teoria com base na realidade. Morre assim a teoria,resequida e separada da vida,e canonizam-se as alterações que ao longo dos anos uma prática de oportunismo lhe foi introduzindo; e então se completará o ciclo de formação do revisionismo.

O dogmatismo,manifestação do atraso ideológico do movimento revolucionário português,é a garantia de uma actuação oportunista; vimos que esse dogmatismo,procurando alargar a sua base social,estabeleceu uma linha de trabalho exclusivo,ou predominante, entre os trabalhadores emigrados,os mais atrasados ideològicamente e,portanto,os menos próprios para constituirem o núcleo comunista inicial,ideològicamente são e capaz de uma análise científica da realidade. A participação na conferência de militantes marxistas-leninistas do interior poderia pôr em risco o predomínio do dogmatismo,impondo a análise da situação portuguesa e da sua evolução,impondo o estudo da história do Comité e dos seus erros e,sobretudo,desmascarando a linha oportunista de trabalho exclusivo,ou predominante,no exterior. Por isso,a segunda conferência foi preparada independentemente dos militantes do interior,que nela não participaram; à última hora apareceu,efectivamente,um texto enviado por um comité do interior. O que teria dado a esse comité o previlégio de ser avisado da realização da conferência? A indigência teórica e o dogmatismo do seu relatório (Nota 9) eram penhor suficiente de que não seriam desmascarados o dogmatismo e a indigência teórica dos trabalhos,ou da falta de trabalhos, preparatórios da conferência. Os militantes do interior,o movimento revolucionário vivo foi afastado,não fosse ele descobrir a palidez cadavérica do "enorme passo em frente" da primeira conferência.

Desde o primeiro momento que eu defendi,nomeadamente em conversas com o elemento responsável do organismo Engels,a participação dos comités do interior na conferência e nos seus trabalhos preparatórios; e desde sempre que esse elemento considerava como essencial a realização da conferência "até Outubro",devendo a eventual participação dos comités do interior subordinar-se às necessidades desse prazo. É evidente que dois meses não chegavam para contactar os militantes marxistas-leninistas do interior,para proceder aos trabalhos de preparação da conferência e para organizar a representação dos comités do interior. A pressa em realizar a conferência,encoberta sob desculpas muito revolucionárias,como a de que a crise do Comité não podia continuar,que era necessário restabelecer urgentemente uma linha comunista,etc.,só servia afinal para perpetuar a insuficiência teórica,para estabelecer mais fortes bases para o dogmatismo,oara continuar de uma forma mais sólida e duradoura a actuação oportunista. A participação dos comités do interior na conferência significava a necessidade de estudar a realidade portuguesa e a história da nossa organização; foi essa necessidade que eu defendi num documento do organismo Marx por mim redigido,em que se diz que "no estado actual da luta contra os desviacionistas,fácil será a estes esquivarem-se. (...) Que prejuízo lhes trará conceder-nos a confissão dos seus erros,se nós lhes deixarmos,intacta,a causa desses mesmos erros? (...) ... o que nós precisamos,fundamentalmente,e disso depende a nossa vitória,é de levar a luta ideológica ainda mais longe,de aprofundar mais ainda os desvios da Comissão Directiva,de desmascarar a linha mestra desses desvios" (em "Sobre os problemas actuais do CMLP",Outubro de 1968). Muitas asneiras contém esse documento,nomeadamente ao considerar que da primeira conferência saíra uma linha política "inteiramente justa" e que a actuação da comissão directiva fôra "absolutamente contrária" à linha da primeira conferência. Mas seria possível,sem o aprofundamento e o estudo defendidos nesse documento,e que na altura ainda não fôra feito,ter chegado à conclusão

de que a linha saída da primeira conferência fôra centrista e eclética,e que a prática da comissão directiva estava inteiramente de acordo com essa linha? Por isso,parece-me que estava certo o princípio fundamental ali defendido,a necessidade de aprofundar muito mais o estudo dos erros da nossa organização.

A minha posição quanto às características que devia ter a segunda conferência mudou radicalmente quando tive conhecimento de que "Sérgio",membro da antiga comissão directiva e membro da comissão organizadora da segunda conferência,havia falado na polícia,tendo ocultado esse facto ao Comité (Nota 7). Tornava-se então necessário — pelo menos assim me parecia — mudar com a maior urgência os corpos dirigentes da organização; eram imperativos de segurança que,a meu ver,apressavam a realização da conferência. Quando os militantes da organização se reuniram para a conferência,as características desta estavam já determinadas: orgânicamente isolada do interior,sem quaisquer trabalhos teóricos preparatórios que permitissem uma visão mais clara quer da situação portuguesa quer da evolução do Comité,a conferência não seria mais que a substituição de uma por outra direcção. Ao se propôr a ordem de trabalhos,"Rita",apoiada por "David",apresentou uma ordem de trabalhos extensa em que figurava a análise da situação portuguesa e do Comité depois de 1967; uma outra ordem de trabalhos,apresentada pela comissão organizadora da conferência,propunha um ponto sobre problemas de organização. Qualquer destas ordens de trabahlo servia apenas para encobrir manejos oportunistas; pretender que uma conferência,limitada à duração de dois dias,vá discutir e aprovar pontos sobre os quais não houve nenhum trabalho preparatório,sobre os quais nenhuns estudos prévios se realizaram,sobre os quais os comités do interior não se poderiam pronunciar,era apenas pretender que,graças à cultivada ignorância dos problemas,se aceitassem decisões injustas e análises incorrectas. Propondo uma ordem de trabalhos que se reduzia pràticamente à eleição da nova direcção,fiz ver que,afinal,nenhum outro fim se poderia esperar daquela conferência,nada mais ela poderia produzir. À excepção de "Rita",todos os outros participantes aprovaram a minha ordem de trabalhos,uns porque pensavam que,uma vez eleitos para a direcção,teriam muito tempo para introduzir na teoria as alterações que justificassem o seu oportunismo prático ,outro,"David",porque não se queria ainda comprometer demasiado profundamente aos olhos dos futuros dirigentes,criticando uma ordem de trabalhos à qual eles se haviam aliado. A segunda conferência acabou por se limitar,no fundo,à eleição da comissão central. Mas decidiu-se também que a primeira das tarefas do Comité seria a promoção do estudo da realidade nacional e da análise crítica da história da organização e dos seus erros. Hoje,que as actas da segunda conferência jazem enterradas no esquecimento,sem nunca haverem sido submetidas à aprovação dos militantes,quem se lembrará das velhas promessas dos recém--eleitos dirigentes?

Ao mesmo tempo que sepultavam as actas da conferência,os responsáveis pela actual orientação do Comité tratavam de impedir que os militantes promovessem o estudo da realidade portuguesa e analisassem a teoria dos clássicos marxistas à luz dessa realidade; tudo isto foi já objecto da minha carta de 12 de Maio, "Contra-resposta ao comité executivo". A função dos actuais dirigentes é a de manterem a teoria separada da realidade,morta por conseguinte,reduzida a frases abstractas; abandona-se o método dialético,que nasce do estudo da realidade,do movimento vivo,da experiência de todos os dias; abandona-se a essência da teoria revolucionária,convertida em dogma que se recita sem se poder aplicar; o revisionismo apoderar-se-á então de todo o campo ideológico e modelará a teoria aos seus interesses.

Mas nada disto se faz de um dia para o outro. Será preciso,primeiro,calar por todos os modos as críticas dos militantes revolucionários que começam já a fazer-se ouvir. Sentindo a sua base oscilante,a direcção vai procurar justificar a sua indigência teórica e o seu desprezo pelo estudo,servindo-se para isso do atraso ideológico do proletariado português; àqueles que acusam a imprensa do Comité de rudimentar,àqueles que denunciam a sua pobreza no campo da teoria,no campo da análise da luta de classes,no campo da informação das lutas operárias que se travam,a direcção responde que "... ao comunista do Barreiro,do Poço do Bispo,de Baleizão,de Fafe,de Olhão ou de Matosinhos, ao encontrar pela primeira vez debaixo da porta,na caixa do correio ou no caminho do trabalho esse jornal (o jornal central da organização,nota minha),ou se lho passarem à

mão, ele começa por ficar admirado de encontrar um jornal que não é o 'Avante'. E esse jornal dir-lhe-á coisas simples, bem simples, que ele bem entende, e levar-lhe-á a mesagem do CMLP: apesar da traição de Cunhal, a luta continua. E muitos contarão aos seus camaradas que há já um novo jornal, que Cunhal é um burguês, e que se prepara um novo Partido (e não falamos sem que disto tenhamos conhecimento)" (em "Estrela Vermelha" nº2, pág. 30) (Nota 10). Isto significa que a imprensa é suficiente porque o comunista, do Barreiro ao Poço do Bispo, a acha suficiente; e pelo mesmo critério, esse comunista que serve de modelo à direcção actual, e que consubstancia todo o atraso ideológico do movimento operário português, acharia também suficiente, por exemplo, "O Comunista", visto que "começaria por ficar admirado de encontrar um jornal que não é o 'Avante'" e que lhe conta "que Cunhal é um burguês" e "que se prepara um novo Partido". E chegamos aqui a um ponto fundamental: defensora e continuadora do dogmatismo da primeira conferência, a actual direcção é completamente incapaz de estabelecer uma demarcação teórica entre uma linha revolucionária e uma linha contra-revolucionária, de tal modo que, na definição dos objectivos, a sua imprensa se confunde totalmente com jornais não-marxistas.

O atraso ideológico do movimento operário português permite que continue a passar por marxista a mais elementar literatura oportunista; é esse atraso ideológico que faz o nosso movimento revolucionário cair no anti-cunhalismo espontâneo, perpetuando assim o oportunismo da actuação. Esse atraso ideológico, é uma consequência da ditadura da burguesia e da colaboração dos revisionistas com o capitalismo; mas de consequência que é, a direcção do Comité transforma-o em causa, querendo estabelecer por ele a bitola de apreciação da nossa imprensa. A primeira função dos marxistas-leninistas portugueses é ultrapassar essa insuficiência ideológica geral, e não o desculpar-se com ela. A imprensa marxista-leninista não pretende estar ao mesmo nível ideológico do movimento revolucionário português, mas sim elevar esse nível.

O desprezo pela teoria vai marcar as perspectivas de actividade da direcção. Embora já tenha falado deste problema numa nota do meu relatório de 12 de Maio, ele merece, pela sua importância, uma maior pormenorização: O comité executivo considera que a consciência política de um comunista vem, não da compreensão global da realidade através do seu estudo científico, não da análise dialética da luta de classes, mas sim da resposta dada pelo aparelho repressivo às reivindicações económicas dos operários: "Quando os operários desencadeiam uma luta económica em Portugal fascista, daí vem-lhes geralmente uma consciência política. A resposta que recebem, geralmente é-lhes dada pela GNR" (em "Estrela Vermelha" nº1, pág. 31). Aqui já avançámos um passo mais na geração do revisionismo; não se trata só de impedir o estudo, nem de justificar essa ausência de estudo com o atraso ideológico geral; trata-se de impôr princípios teóricos errados, anti-marxistas, que vão impedir a classe operária de possuir uma visão dialética da realidade, que a vão impossibilitar de seguir uma linha política própria. Se a consciência política de um comunista lhe vêm da luta económica e das brutalidades policiais, que papel fica reservado para a teoria? Para que serve esta? Se não é pela divulgação da teoria marxista, assente nas experiências práticas, que se forma a consciência política do proletariado, então podemos meter a teoria num saco e arrumá-la a um canto. O dogmatismo vai criando um terreno em que possa frutificar; a negação explícita do papel determinante da teoria é um marco decisivo da evolução do Comité para o revisionismo.

Mas não ficamos por aqui. Nesta questão, a direcção mostrou ainda como o dogmatismo é incapaz, primeiro, de compreender um texto revolucionário e de assimilar a teoria expressa nesse texto, depois, de compreender as linhas gerais da teoria revolucionária, analisando à sua luz os problemas particulares. A luta de Lénine contra o "economismo" (que desprezava o papel da teoria e, por conseguinte, menosprezava a importância da organização partidária, e que defendia que uma luta económica se transformava, por si e pela actividade da repressão, numa luta política) foi um dos seus primeiros grandes combates, e um dos mais sérios e demorados, contra o oportunismo no movimento operário. Contra os "economistas", Lénine mostrou que a luta económica não permite ao trabalhador a compreensão global da sociedade, das relações das diversas classes da sociedade entre elas e com o aparelho de Estado, e que por isso uma consciência política comunista só pode resultar da actividade de um partido revolucionário, isto é, de uma organização que possuí e divulga a teoria revolucionária. É esta a lição fundamental do "Que Fazer?", e quem o não entendeu,

não entendeu nada de nada do leninismo. A apoiar as suas ideias oportunistas sobre a transformação de uma luta económica em luta política por obra e graça da Guarda Republicana, a direcção cita uma frase de Lénine em que este diz que "toda a luta económica se transforma necessàriamente numa luta política"; Lénine "economista"? Estranho retrato que dá para pensar e desconfiar. Vejamos: o texto em questão, "O nosso programa", é anterior de três anos ao "Que Fazer?", mas já aí se notam em embrião as ideias que Lénine desenvolveria mais tarde nessa sua obra genial; depois de negar o ponto de vista dos "economistas" do jornal "O pensamento operário", que defendiam o primado da acção económica sobre a luta política, Lénine demonstra que as próprias conquistas da luta económica serão de breve duração se o proletariado as não defender no campo político, com a luta política: "Nenhuma luta económica pode trazer aos operários uma melhoria duradoura, nem mesmo se pode desenvolver numa vasta escala, se os operários não tiverem o direito de organizar livremente reuniões, sindicatos, de ter os seus jornais, de enviar os seus representantes às assembleias nacionais, como o fazem os operários da Alemanha e de todos os outros países da Europa (excepto a Turquia e a Rússia). Ora, para conquistar estes direitos, é preciso conduzir uma luta política" (em "Obras", vol. IV, pág. 219). É neste sentido que Lénine fala da "transformação necessária" de uma luta económica em política — — "necessária" não porque se verifique automàticamente, mas porque sem essa transformação os próprios resultados da luta económica se perdem; isto é, é necessário para o bom êxito da luta económica que esta se transforme em política, sem o que os seus resultados não serão duradouros. O papel do partido é o de não deixar a luta permanecer no nível económico e transformá-la em luta política: "a social-democracia deve ligar indissolùvelmente uma e outra numa única luta de classe do proletariado". Se a luta económica se transformasse automàticamente em luta política, em virtude das suas próprias características de luta económica — e a actividade da repressão é uma dessas características —, então que papel teria o partido, então para que falaria Lénine dos deveres dos comunistas? O sentido das palavras de Lénine não seria mìnimamente duvidoso para quem soubesse o abêcê do marxismo. "Exigir que se 'dê à própria luta económica um carácter político' traduz do modo mais evidente o culto da espontaneidade no domínio da actividade política. Muito frequentemente, a luta económica reveste um carácter político de maneira espontânea, isto é, sem a intervenção desse 'bacilo revolucionário que são os intelectuais', sem a intervenção dos sociais-democratas conscientes. Assim, a luta económica dos operários em Inglaterra revestiu também um carácter político sem a menor participação dos socialistas. Mas a tarefa dos sociais-democratas não se limita à agitação política sobre o terreno económico; a sua tarefa é a de transformar essa política trade-unionista numa luta política social-democrata, de aproveitar as luzes de consciência política que a luta económica faz penetrar no espírito dos operários para elevar estes últimos à consciência política social-democrata. Ora, em vez de elevar e fazer progredir a consciência política que desperta espontâneamente, os Martynov prosternam-se diante da espontaneidade e repetem, repetem frequentemente até à exaustão, que a luta económica 'incita' os operários a pensar que estão privados dos seus direitos políticos. É lamentável que esse nascer espontâneo da consciência política trade-unionista não vos 'incite', meus senhores, a pensar nas vossas tarefas de sociais-democratas!" (Lénine, "Que Fazer?", "Obras", vol. V, págs. 424-5).

Ao falar da necessidade do Partido e da necessidade de se dar à classe operária uma consciência política comunista, o dogmatismo da direcção tenta ocultar o seu enorme oportunismo por detrás de frases decoradas mas incompreendidas, e nas quais a prática se não fundamenta. Perfeitamente coerente com o seu "economismo", a direcção considera que para ultrapassar o nível da luta económica e conduzir uma luta política basta "organizar a luta económica da classe operária e fazer uma ampla agitação sobre reivindicações sindicais, de modo a que os operários vão compreendendo a natureza de classe do governo, se vão apercebendo do antagonismo entre si e o patrão e governo. Os comunistas, colocados à frente das lutas, devem chamar a atenção da classe operária para a necessidade da luta política do conjunto do proletariado, devem apontar a estratégia da revolução proletária e o caminho para a conquista do poder, ao mesmo tempo que denunciam a estratégia revisionista..." ("Estrela Vermelha" nº1, pág. 31). Muito bonito, "chamar a atenção da classe operária para a necessidade da luta política", mas como? A ~~indifsren~~ indefinição das tarefas é o segredo do polichinelo do dogmatismo. Proclama-se uma palavra-de-ordem vaga, mas

não se explicam os meios de a concretizar; cria-se assim um vazio teórico que dá ao oportunista rédea solta. É ainda Lénine, no "Que Fazer?", quem diz: "A luta económica 'incita a pensar' os operários ùnicamente na atitude do governo para com a classe operária; assim, quaisquer que sejam os esforços que façamos para 'dar à própria luta económica um carácter político', nunca poderemos, no quadro desse objectivo, desenvolver a consciência política dos operários (até ao nível da consciência política social-democrata), porque esse quadro é ele mesmo demasiado estreito. (...) A consciência política de classe só pode ser dada ao operário do exterior, quer dizer do exterior da luta económica, do exterior da esfera das relações entre operários e patrões. O único domínio de onde se pode extraír esse conhecimento é o das relações de todas as classes e categorias da população com o Estado e o governo, o domínio das relações de todas as classes entre si. É por isso que, à pergunta: que fazer para levar aos operários os conhecimentos políticos? — não poderemos dar pura e simplesmente a resposta com que se contentam, na maior parte das vezes, os praticistas, sem falar daqueles de entre eles que se inclinam para o economismo, e que é: 'irmos para os operários'. Para dar aos operários os conhecimentos políticos, os sociais-democratas devem ir para todas as classes da população, devem enviar para todas as direcções destacamentos do seu exército. (...) Devemos 'ir para todas as classes da população' como teóricos, como propagandistas, como agitadores e como organizadores. Ninguém duvida que o trabalho teórico dos sociais-democratas se deve orientar para o estudo de todas as particularidades da situação social e política das diferentes classes. Mas faz-se muito, muito pouco a esse respeito, muito menos que o que se faz para o estudo das particularidades da vida na fábrica. (...) Quando se fala da fraca preparação da maior parte dos actuais dirigentes do movimento operário, não podemos deixar de lembrar igualmente a preparação neste sentido, porque também ela se deve à compreensão 'economista' da 'ligação orgânica estreita com a luta proletária'" ("Obras", vol. V, págs. 431,434,435). Só pela via leninista se poderá conduzir uma luta política e criar na classe operária uma consciência comunista. Mas como o podem fazer os nossos dogmáticos, incapazes de interpretar a teoria marxista, incapazes de utilizar o método dialético, impotentes para estudar e compreender a realidade e para a transformar?

Para impedir o estudo e falsificar o marxismo, a direcção tem primeiro que destruir o centralismo-democrático. Uma "unidade ideológica" assente no seguidismo e na aceitação servil de ordens que não se discutem, em vez da unidade ideológica cimentada na compreensão e na aceitação consciente da linha partidária — eis no que a direcção transformou o centralismo-democrático. Em Abril de 1965, escrevia a "Revolução Popular": "Nega-se aos membros do Partido o direito de se informarem e de pensarem, a pretexto de que o Partido já definiu uma posição; identifica-se abusivamente a direcção do Partido com todo o Partido, para colocar à margem deste todo o membro que discorda da linha estabelecida; joga-se sem escrúpulos com a oposição do Partido à burguesia (é pena que não se dêm conta dessa oposição noutras alturas) para sugerir que o membro que discorda da linha se identifica com a burguesia; condena-se como 'liberdade burguesa' a liberdade de informação, de investigação e de crítica que é a própria base do marxismo-leninismo. (...) São burocratas e não dirigentes comunistas aqueles que julgam que podem fazer obedecer o Partido à sua voz, só porque estão investidos de uma autoridade superior e dão uma ordem; o Partido obedecerá e corresponderá às directivas, como um mecanismo perfeito, se se tiver travado uma permanente luta de ideias que tenha efectivamente conduzido os dirigentes, o aparelho do Partido e a massa dos militantes a identificar-se voluntàriamente com a linha traçada, a assimilá-la e a aceitá-la como sua. Se isto não for feito, a unidade do Partido não estará consolidada e poderá abrir fendas no momento preciso em que devia ser mais sólida do que nunca". Estas linhas que se dirigiam ao partido de Álvaro Cunhal são agora a descrição exacta da vida interna do Comité. Quatro anos foram suficientes para tanto. Que os revolucionários portugueses aprendam com a burguesia a não perder tempo!

A prática do comité executivo vai corresponder ponto por ponto aos desvios indicados. Assim como a antiga comissão directiva estabelecera uma linha de trabalho exclusivo, ou predominante, no exterior, para melhor assegurar a continuidade da pobreza ideológica do Comité, também a actual direcção despreza a construção de comités comunistas, mantendo ùnicamente relações com aqueles que dão provas de um igual dogmatismo e pobreza teórica (Nota 11). Vejamos um caso:

Alguns militantes marxistas-leninistas que desenvolvem no interior um trabalho real e efectivo,do qual já deram até agora sobejas provas,só têm possibilidade de contactar com a direcção do Comité por meu intermédio. O comité executivo tinha desde início conhecimento da minha ligação com esses camaradas e nunca me havia fornecido qualquer indicação a esse respeito. Nos fins do ano passado,pedi ao meu controleiro um contacto para um membro responsável do organismo encarregado das questões do interior,explicando que,se esse contacto não viesse até ao fim do mês,perder-se-ia uma importante oportunidade de trabalho. 4 dias depois repeti o pedido. Nem o contacto,nem qualquer resposta,me foi dado. Cerca de 1 mês depois enviei ao comité executivo uma carta em que,depois de relatar o que se passara,podia que me fossem "explicados os motivos de semelhante atraso" e me fosse "passado o contacto para um elemento responsável do organismo do interior". Não me foi dada qualquer resposta a essa carta. Assim,existem no interior camaradas aos quais a direcção recusa,na prática,o controle,sem no entanto se comprometer a recusá-lo formalmente. Nunca o comité executivo desejou estar ao corrente da actividade desses camaradas,nunca lhes enviou quaisquer relatórios sobre a situação actual do Comité,ou quaisquer indicações sobre o trabalho que deveriam executar. A direcção é incapaz de controlar na prática os comités comunistas,porque ela desconhece a situação real da luta de classes no nosso país,porque ela reduziu a teoria a um conjunto de frases abstractas que não sabe aplicar nos casos concretos,porque ela,ao dizer que a consciência política comunista resulta da repressão policial às lutas económicas,mostra uma completa incompreensão do papel do partido,isto é,do papel da teoria revolucionária,na passagem de uma luta à sua fase política e da maneira como essa luta deve ser conduzida. A direcção não quer controlar na prática os comités comunistas,para impedir que o ar fresco vindo das experiências do movimento revolucionário do interior quebre a muralha de cretinismo e de preguiça ideológica,condição sem a qual o dogmatismo não poderá existir e a sua prática oportunista não se poderá mascarar com frases dos clássicos. Não sabendo e não querendo controlar os comités comunistas,não sabendo e não querendo trabalhar no interior,fugindo das lutas reais que não estuda nem analisa,o comité executivo está condenado a ser rejeitado pela vanguarda revolucionária como um empecilho à elaboração de uma linha política proletária e à construção do partido comunista.

Incapaz de compreender o papel da teoria,o comité executivo reduz a luta ideológica a uma baixa politiqueirice. A luta ideológica,a crítica e a auto-crítica,têm por fim elevar a consciência comunista e a capacidade teórica da organização e dos militantes a um nível superior; mas para a direcção,a crítica e a auto-crítica reduzem-se a manobras oportunistas destinadas a comprometer,ou evitar ser comprometido. Há algum tempo,eu e outros camaradas apresentámos ao comité executivo um documento em 33 pontos,em que se propunha uma determinada linha de actuação,intitulado "As tarefas imediatas dos militantes marxistas-leninistas"; embora as ideias expressas nesse texto fossem comuns a bastantes pessoas,fui eu o mais directo responsável pela sua elaboração. O comité executivo criticou a linha aí proposta,através de uma circular interna de que tomei conhecimento a 14 de Fevereiro deste ano. No dia 16 desse mês enviei ao comité executivo uma auto-crítica em que considerava que segundo "'As tarefas imediatas' os comités comunistas acabavam por ser concebidos como um embrião da Frente e não como a base do Partido",que isto era "o 'fapismo' na sua forma mais clara",e que "neste momento ... a proposta em 33 pontos ... seria uma sabotagem objectiva das mais graves". Para além da incompreensão de um certo número de problemas teóricos,considerava como uma das causas do meu erro o facto de só desde há relativamente pouco tempo trabalhar de uma forma partidária,o que contribuira para uma errada concepção de centralismo-democrático. Mas porque achava que os desvios expressos em "As tarefas imediatas" ultrapassavam o âmbito pessoal dos camaradas que assinavam a proposta,para corresponderem a um estado de espírito comum a muitos militantes,propuz que "o Comité Executivo divulgasse a luta ideológica travada em torno da proposta em 33 pontos". Esta auto-crítica foi para mim extremamente importante. Foi a partir dela que comecei a repensar um certo número de problemas,a aprofundar o que até aí tinha como estabelecido,a tentar compreender como seria possível que o oportunismo continuasse a manifestar-se com a mesma força,ou com mais força ainda,a ver mais claramente a estreita ligação dos problemas da construção do partido com a necessidade de um estudo vivo da teoria e de uma análise científica da realidade. É para isso que serve a auto-crítica: "Instruídos pelos erros e reveses,nós tornámo-nos mais experimentados e manejamos melhor os nossos assuntos. Qualquer partido político,qualquer pes

so,encontra dificuldade em evitar os erros,contudo,há que errar o menos possível. Assim que cometemos um erro,devemos corrigi-lo,e quanto mais depressa e a fundo,melhor" (Mao Tsé-Tung,"Sobre a ditadura democrática popular", 1949). Crítica e auto-crítica não se separam uma da outra; é pela inter-acção de ambas que se constroi a unidade ideológica,que se solidifica a consciência comunista,que se eleva a preparação teórica dos militantos. Mas não é assim que pensa o comité executivo. Na "Estrela Vermelha" nº2 (págs. 12,23-4 e 25-7) são apresentadas algumas críticas,das quais só uma expressamente ao documento "As tarefas imediatas"; no entanto,nem uma só referência se faz à auto-crítica dos signatários,nem se diz sequer que tal auto-crítica existe. Será esta uma concepção correcta de luta ideológica? Apresentando uma crítica isolada da auto-crítica,a direcção corta artificialmente ao meio o processo de luta ideológica,não permite que ele dê os seus frutos,impede a verdadeira compreensão dos problemas e impede a elevação do nível ideológico dos militantes. A crítica fica transformada numa arma de ataque pessosl e os militantes,em vez de desejarem ser criticados,passam a temer as críticas. Esta degenerescência da luta ideológica é uma concepção evidente do dogmatismo,do medo da experiência viva,o que em matéria de organização arrasta os vícios burocráticos,o autoritarismo e a descriminação,forma consciente e deliberada de liberalismo.

Não respeitando o centralismo-democrático e as normas comunistas de trabalho,o comité executivo é incapaz de resolver os problemas que surgem na organização,a não ser por "habilidades" e oportunismos que nada têm a ver com as relações que devem existir entre camaradas. No dia 14 de Maio de 1969,entreguei ao meu controleiro um relatório dirigido à direcção,e intitulado "Contra-resposta ao comité executivo do CMLP"; nesse relatório acuso o comité executivo de ter usado a demagogia,de ter procedido de má-fé e de ter defendido erradas concepções de centralismo-democrático;e pedia o reconhecimento dessa demagogia e a respectiva auto-crítica,a explicação da origem da má-fé e a respectiva auto-crítica,e a auto-crítica das erradas concepções de centralismo-democrático; pedia ainda que, "dada a importância deste problema,cujo conhecimento me parece fundamental para qualquer militante da organização",o meu relatório e o documento do comité executivo que lhe deu origem fossem levados, "o mais depressa que as condições técnicas o permitam",ao conhecimento dos militantes. As acusações feitas são extremamente graves,e tenho inteira consciência disso; no entanto,pensava ainda nessa altura que a direcção seria capaz de reconhecer os erros em que tinha caído e de se auto-criticar. Cerca de mês e meio depois fui contactado pelo meu controleiro,que se tinha ausentado de Paris,e nesse encontro foi-me prometido que a resposta ao meu relatório estaria "para breve: quinze dias,três semanas". Novos encontros se verificaram e a resposta,sempre "para breve",nunca vinha. A situação chegou a tal ponto que comuniquei ao meu controleiro ser-me absolutamente impossível desenvolver trabalho na organização sem saber qual era a posição do comité executivo face às minhas acusações e aos meus pedidos; e acrescentei que esperava que a direcção tivesse consciência da gravidade das acusações que eu lhe fazia. Como poderia eu agir de maneira diferente? A direcção arrastava uma resposta que prometia,sem jamais a dar,violando assim o centralismo-democrático,minando a unidade ideológica e a confiança que deve existir entre os militantes de uma organização comunista.

Não seria este o único modo ao meu dispôr para pressionar o comité executivo a dar uma resposta? Mas o tempo ia correndo. O meu penúltimo encontro com o controleiro data de 25 de Julho,e ainda então continuava "para breve" a resposta do comité executivo. Mais semanas se passaram até que,a 2 de Setembro,o meu controleiro me comunica oralmente a decisão da direcção do Comité; tratava-se de uma deliberação da comissão central que eu pedi que me fosse dada a conhecer por escrito. No dia 8 de Setembro recebi essa decisão passada ao papel; aí leio que "a comissão central decidiu que não seria dada uma resposta escrita (...) mas sim uma discussão oral"; que "a comissão central põe como condição para esta discussão,o seguinte: seja qual for o resultado da discussão,o camarada Tiago submete-se imediata[illegible] prèviamente ao controle dos organismos superiores; a comissão central só aceita discutir com militantes preenchendo as condições de militância; o camarada Tiago deve pois retirar a premissa de ter a resposta ao seu documento para prestar contas das tarefas de que foi incumbido".

Perita em belas manobras,não ignora a direcção como é fácil dar o dito por não dito e embrulhar posteriormente o sentido das palavras;mais difícil,mas muitíssimo mais — — tão difícil que é impossível —,é dar o escrito por não escrito e adulterar o sentido

dos textos,pretender que onde se escreveu com demagogia e má-fé apareçam linhas resplandecentes de honestidade,pretender transformar as violações do centralismo-democrático expressas por escrito,em defesas da disciplina comunista. É por isso que,depois de tentar "resolver" os problemas atrasando-os,e face à minha insistência constante,a direcção escolhe a única possibilidade que restava ainda ao seu oportunismo: as facilidades de uma discussão oral,com afirmações impossíveis de serem conferidas pelos militantes,ou até pelos outros membros da comissão central. Com má-fé e com demagogia se responde às acusações de demagogia e má-fé. Assim vai a direcção aplicando o seu "centralismo-democrático",tentando dar uma aparência de ordem e coesão a um edifício que se lhe racha por todos os lados. E como não há-de rachar? O revisionismo não se implanta sem profundas convulsões internas.

Face às minhas acusações,a direcção poderia aceitá-las ou recusá-las,auto-criticar-se ou negar-se a fazê-lo,mas o que não poderia nunca era tentar enterrar os problemas, esperar que o tempo os fizesse esquecer ou os cobrisse de pó,esperar que as manobras do seu oportunismo impedissem a sua confrontação com a realidade. Fugir das questões,temer-se da clareza,em vez de cortar os problemas de um só golpe,logo e onde quer que eles surjam,virar as costas e iludir,será esta a atitude de um comunista? Será isto o centralismo-democrático? Será isto a unidade ideológica? Será isto a firmeza nos princípios?

No entanto,sujeito-me às condições que me foram impostas pela direcção,especificadamente: a discussão oral,e a aceitação prévia do controle dos organismos superiores e o prestar contas das tarefas de que fui incumbido.

A situação actual do Comité impõe pesadas responsabilidades aos militantes marxistas-leninistas. Nós vimos que a contribuição essencial do marxismo foi o estabelecer o socialismo em bases científicas,fazer do socialismo uma ciência. Vimos que o revisionismo de Cunhal,na tradição do oportunismo reinante no partido comunista português desde a sua fundação,é um herdeiro directo do velho socialismo utópico,do humanismo pequeno-burguês que propõe a conciliação entre as classes e a redução dos seus antagonismo. Vimos que o crescimento e a concentração da classe operária portuguesa veio permitir uma análise crítica das experiências da luta revolucionária no nosso país. Primeiro teórico da maturidade do movimento comunista português,Francisco Martins teve consciência dos perigos a que conduzia o atraso ideológico do nosso movimento operário: o empirismo e o dogmatismo,o desprezo pelo estudo e a subestimação do elemento teórico,o revisionismo. Vimos que a linha seguida pela organização no tempo de Francisco Martins falhou,não deixando de ter contribuido para isso a sua errada concepção do papel da violência revolucionária; vendo nela a demarcação entre marxistas-leninistas e revisionistas,forçosamente se tinha de admitir que a condição para o aparecimento dos comunistas era o desencadear dessa violência. Vimos que esses erros teóricos levaram,na prática,ao predomínio do trabalho da Frente sobre o trabalho partidário,fenómeno de que a organização teve sempre consciência,sem no entanto ser capaz de remediar o mal. Vimos que a primeira conferência em nada aprofundando o estudo da realidade nacional nem a análise das tarefas do Comité, se limitou ao enunciar de princípios que já eram geralmente admitidos na organização,desde os esquerdistas trotskisantes até aos ultra-direitistas. A primeira conferência foi centrista e eclética. Vimos que a primeira conferência correspondeu a um estádio inicial do processo de formação do revisionismo,em que um vazio teórico serve para mascarar uma prática de oportunismo. Vimos que a comissão directiva saída da primeira conferência,prosseguindo um trabalho exclusivo,ou predominante,no exterior,tinha em vista preencher a organização com elementos dos sectores ideològicamente mais atrasados,tentando arranjar uma base social que perpetuasse essa pobreza ideológica,fonte do dogmatismo e do revisionismo. Vimos que o espírito conciliatório e centrista que constituía a razão de ser da comissão directiva acabou por minar as bases da sua autoridade;impunha-se,por isso,uma mudança de pessoas que em nada tocasse na origem dos desvios do Comité,que fizesse a organização permanecer na mesma insuficiência teórica e no mesmo empirismo. Daí,a glorificação da primeira conferência como máximo teórico e suma perfeição,à qual nada haveria a acrescentar. Vimos que,preservado o dogmatismo e a preguiça teórica,a direcção saída da segunda conferência arrasta o Comité para a fase mais avançada da gestação do revisionismo: a introdução na teoira de alterações que justifiquem a incorrecção na prática; esse trabalho,que mal acaba de começar,nota-se especialmente na defesa clara e ex

plícita da possibilidade de transformação de uma luta económica em consciência política pela pura intervenção das forças de repressão; este mesmo menosprezo pela teoria revolucionária é evidente quando a direcção se aproveita do atraso ideológico da sua imprensa. E vimos também que, ao mesmo tempo, se acentua a degradação da actividade prática da organização: o ocultar as actas da segunda conferência; o desprezo pelo trabalho comunista no interior e a incapacidade de o realizar; a violação dos mais elementares princípios do centralismo-democrático, a utilização da demagogia e má-fé; a incompreensão do papel da luta ideológica, consequência da incompreensão do papel determinante da teoria, e a utilização da crítica como instrumento de ataques pessoais e não como meio de elevar o nível d ideológico dos militantes e da organização.

Mas nós vimos ainda, e isso é que é verdadeiramente importante, que na base de todos estes problemas, originando-os e sustentando-os, está um atraso ideológico e uma pobreza teórica que não se procura superar, está o esquecimento de que "o socialismo, desde que se tornou uma ciência, quer ser tratado, isto é: ser estudado, como uma ciência".

O movimento comunista português encontra-se face a uma crise muito grave. Depende de nós ultrapassá-la e resolvê-la, ou afundarmo-nos nela. É muito longo o caminho e são enormes as ~~tarefas~~ dificuldades; de nada interessa que sejamos nós, ou quem vier a seguir, a alcançar a sociedade socialista; o importante é desbravar o caminho. Nada importa que sejamos poucos, meia dúzia ou menos ainda, o que precisamos é de nos fundarmos numa teoria correcta, de analisarmos o solo onde lavramos, de estudarmos a realidade que queremos transformar.

É esta a primeira tarefa dos comunistas portugueses, a pedra angular de todo o edifício revolucionário: a estruturação de um núcleo rigorosamente marxista-leninista que saiba pegar na teoria dos clássicos e vê-la à luz das lições e da experiência da luta da classe operária, que saiba analisar a realidade nacional, a evolução da economia, a situação de cada classe, a luta das classes; que saiba difundir esses ensinamentos, de modo a ir quebrando a barreira do dogmatismo na teoria e a cegueira do empirismo na acção; que saiba ir organizando os novos elementos que surgirem, os militantes novos que, com novas experiências e novas análises, constantemente elevem o nível ideológico da organização. Só deste modo os marxistas-leninistas portugueses poderão construir uma teoria correcta que fundamente uma acção correcta, poderão estabelecer uma rigorosa demarcação com as correntes não marxistas em todos os problemas e todas as lutas. Este é o passo prévio a todos os outros: antes de construirmos o Partido, antes de desencadearmos a violência revolucionária generalizada e a guerra popular, antes de tomarmos o poder e procedermos à transformação da economia, antes de travarmos com a burguesia a grande luta da revolução cultural proletária, precisamos de saber como o fazer, precisamos de estudar cientificamente como o fazer. Sem isso, o Comité terá a sorte de todos os partidos que deixaram viver em si o germen do oportunismo: mais tarde ou mais cedo cairá no revisionismo, tornar-se-á um aliado da burguesia e do imperialismo, renegará a classe operária; no fim, dele só restará o desprezo que se sente pelos traidores.

Nas circunstâncias actuais, o Comité encontra-se incapacitado para prosseguir uma actividade correcta. Os seus organismos dirigentes, defensores do dogmatismo, na teoria, executores do oportunismo, na prática, violadores do centralismo-democrático, são os primeiro obstáculo que devemos destruir se quisermos elaborar uma teoria e uma prática comunistas.

Assim, e dada a importância dos problemas focados, deve ser convocada com a maior urgência uma reunião de todos os militantes do Comité no exterior.

Nessa reunião devem ser discutidas as questões e os problemas constantes deste relatório e do meu outro relatório de 12 de Maio, isto é, os problemas actuais da organização, primeiro, quanto à linha política da direcção expressa na imprensa, depois, quanto à actuação prática dessa direcção.

Só assim poderemos iniciar uma luta vitoriosa contra o primeiro inimigo do movimento revolucionário português: o seu atraso ideológico, o dogmatismo e o oportunismo, fonte permanente da degenerescência revisionista.

14 de Setembro de 1969

Tiago

NOTAS

Nota 1 — Numa perspectiva completamente oposta,Trotsky não vê que o caminho para a aniquilação do poder de Estado e o aumento da ditadura sobre a burguesia são duas faces da mesma realidade. Para Trotsky,a tomada do poder político pelo proletariado num determinado país destruiria decisivamente o poder da burguesia nesse país; assim,a ameaça só poderia vir da burguesia estrangeira,isto é: de uma agressão imperialista; a única ameaça interna viria de uma produção insuficiente de bens,da escassez,da falta de abundância. Deste modo: 1º,a ditadura do proletariado seria um período forçosamente curto,caracterizado por uma repressão terrível,no qual,a ritmo vertiginoso e num sistema de trabalho forçado,se construiria a abundância; 2º,para essa ditadura do proletariado se manter no poder seria preciso eleminar o risco de agressão imperialista; 3º,só uma rápida revolução nos países imperialistas,donde: uma revolução mundial,poderia preservar a ditadura do proletariado,respondendo às duas condições exigidas por Trotsky: a) uma revolução nos países imperialistas eliminaria o risco de agressão por parte desses países, b) uma revolução nos países imperialistas acarretaria a abundância,condição dita indispensável para a instauração do socialismo e para a abolição da ditadura do proletariado.

Esta concepção,que acaba por transformar o Estado num poder acima das classes,não aceita que o enfraquecimento do Estado e o aumento da ditadura sobre a burguesia sejam dois aspectos do mesmo fenómeno. Admitindo que a ameaça da burguesia é puramente externa,Trotsky considera que,depois do breve prazo de consolidação inicial,qualquer reforço da ditadura do proletariado só pode ter em vista o aumento da produção; deste modo,passado esse período curto de forte repressão destinado à criação de abundância,qualquer reforço da ditadura do proletariado seria um obstáculo ao enfraquecimento do Estado e, como tal,deveria ser rigorosamente evitado. Esquecendo o carácter de classe da ditadura do proletariado,esquecendo que ela é uma ditadura sobre a burguesia e uma democracia para os trabalhadores,Trotsky acaba por considerar que o reforço da ditadura sobre a burguesia é,não um passo para a extinção do Estado,mas um obstáculo a essa extinção. Na mesma linha, as "liberalizações" dos revisionistas contemporâneos,que estes propagandeavam como a via para a destruição do Estado,eram na realidade a atenuação da ditadura sobre a burguesia e o reforço da sociedade de classes. Foi com a evolução deste processo que a burguesia restaurou inteiramente o seu poder nos países revisionistas.

Nota 2 — Sobre este documento de Bento Gonçalves,diz Álvaro Cunhal que aí se "defende com brilho a política to partido",que "foi impresso clandestinamente,divulgado,e ainda hoje é citado como um exemplo de defesa num tribunal fascista" (em "O Militante" de Novembro de 1962,pág. 5).

A Acção Socialista Portuguesa,embora confesse outras finalidades — limita-se a defender claramente a "modernização" das formas políticas que assume no nosso país a ditadura da burguesia — ,quer também entroncar-se nas mesmas tradições históricas reclamadas por Bento Gonçalves. Na"carta dos 118",documento de lançamento publicitário da ASP, o advogado Mário Soares,depois de declarar que "um movimento militar ocorrido em Braga suspendeu em Portugal a evolução democrática do poder político",estabelece a genealogia dessa "democrática" evolução: "... para legitimar e fundamentar a Revolução de 1640,o absolutismo teve que ceder lugar à teoria da democracia do poder (...) aplicada na prática pelos conjurados de 1640"; e a pilhagem colonial,ponto básico de qualquer programa do radicalismo liberal e dos socialistas do século passado,que no parlamento a defendiam com belos discursos e a executavam na prática pelas carnificinas do general Pereira de Eça e outros criminosos,é suavemente baptisada pelo seu advogado de "tradição secular de contacto e autonomia de culturas e administrações". Bento Gonçalves e,trinta exactos anos depois,Mário Soares,reivindicam as mesmas origens e orgulham-se de pertencer à mesma família. É que a base ideológica comum aos revisionistas e à social-democracia é mais funda do que alguns parecem supor.

Nota 3 — É deste modo que devemos compreender as repetidas declarações de dirigentes revisionistas colocando lado a lado marxistas-leninistas e fascistas,considerando que a acção dos marxistas-leninistas "não era desvantajosa ao regime fascista" (ver,

por exemplo,o comentário difundido por Rádio Portugal Livre,em 28 de Fevereiro de 1966, a propósito da prisão dos dirigentes do CMLP e da FAP). E o certo é que,dentro da sua perspectiva,Cunhal & cia. não deixa de ter razão: quem lhe estraga o arranjinho da "unidade nacional",quem impede a tão desejada confraternização entre patrões e trabalhadores? Cunhal,que tanto se preocupa em convencer o proletariado de que a opressão sofrida pelos trabalhadores não é obra da burguesia mas sim "da Pide,odioso instrumento da divisão dos portugueses" (na "Proclamação" de 22 de Setembro de 1968),não pode deixar de considerar como "aliados objectivos do fascismo" aqueles que mostram à classe operária que a conciliação entre as classes é uma vã utopia pequeno-burguesa e que a ditadura fascista é uma forma de ditadura da burguesia e não a ditadura de um punhado de homens isolados,mèramente sustentados pelo imperialismo estrangeiro.

Nota 4 — "Justamente o que faz de Álvaro Cunhal um dos mais brilhantes discípulos da escola oportunista portuguesa,que vem desde os socialistas do século XIX,é a perfeição a que ele soube elevar esta arte de confundir os interesses do proletariado com os da burguesia radical" ("Revolução Popular" nº 3,pág. 14).

Nota 5 — Ao falsificar a tradução do "Manifesto",mais uma vez Cunhal tenta negar a agudização da luta de classes entre o proletariado e a burguesia,mais uma vez procura reduzir a burguesia (capitalistas grandes,médios e pequenos,os seus ideólogos, os seus funcionários,os seus técnicos,etc.) ao aparelho de repressão e à máquina de Estado dessa burguesia (governantes,quadros profissionais das forças armadas,polícias). Ao dizer que "o médico,o jurista,o padre,o poeta,o sábio foram integrados no seio dos trabalhadores assalariados",em vez de traduzir que deles a burguesia "fez assalariados ao seu serviço",Cunhal tenta absolver os intelectuais da sua assimilação pela classe burguesa,tenta arranjar um vasto sector de "homens honrados",nem burgueses,nem proletários,pairando acima das classes e que por isso o ajudem nos seus planos de uma fraternidade utópica.

Nota 6 — Que são os arquivos do Comité? Um armazém de documentos? O estado de confusão reinante nos arquivos e o facto de materiais pedidos repetidas vezes não chegarem é mais um sintoma do desprezo pela formação teórica. Como pode a organização corrigir a sua linha se os militantes ignoram os documentos importantes da vida do CMLP e da FAP?

Nota 7 — Ver,em "Documentos relativos à 2ª Conferência do CMLP" a resolução "Eis como manobram os inimigos da classe operária".

Nota 8 — O ponto 9º das conclusões da 1ª reunião ampliada preparatória da primeira conferência,tida em 26 de Novembro de 1966,diz o seguinte:

"Aos dois anos de actividade do CMLP se devem apontar erros e méritos. Dentro dos méritos está,antes de mais nada,a elaboração de uma linha revolucionária marxista-leninista perfeitamente demarcada da linha revisionista do PC; está a demarcação efectuada com o PC revisionista através da organização autónoma dos marxistas-leninistas portugueses no CMLP; está ainda a definição da etapa da revolução democrático-popular como a primeira etapa da luta para a construção do socialismo em Portugal. No entanto,apesar da tomada de consciência por parte dos marxistas-leninistas da necessidade de reconstruir o partido,o CMLP não deu a essa tarefa o relevo adequado,diluindo-se em preocupações diversas,onde a tarefa fundamental da reconstrução do PC era apagada na impaciência imediata da luta anti-fascista. Esses erros têm a sua explicação histórica no geral atraso ideológico do movimento operário português e na herança revisionista que pesava sobre os responsáveis do CMLP,herança que não foi completamente superada. Por outro lado,a necessária separação entre a organização do proletariado (CMLP) e a organização das massas populares (FAP) não foi devidamente efectuada,donde resultou um descuramento das tarefas específicas da vanguarda operária em favor dos h interesses históricos dos sectores mais radicalizados da pequena burguesia. Devido a essa insuficiência a primazia das tarefas,a da reconstrução do Partido,o núcleo comunista caiu em erros oportunistas que tiveram a sua tradução real no crescimento desmesurado e anárquico da FAP,isto sem que existisse uma organização comunista sólida estreitamente ligada à vanguarda do proleta-

riado,que assegurasse a efectiva direcção da frente unida popular".

Compare-se este texto com o que tem vindo a ser dito na organização desde a já referida reunião de militantes marxistas-leninistas realizada em fins de 1964,e poderemos ver que não se avançou um milímetro sequer na análise da origem dos erros cometidos nem no caminho para os evitar.

Nota 9 — É quase inacreditável o caso deste relatório (em "Documentos relati vos à 2ª Conferência do CMLP",págs. 15-23),que nos deixa com a impressão de que o comité que o enviou passou toda a vida dentro de uma redoma. Nem uma só referência é feita à situação portuguesa actual,à luta, de classes que se trava,à evolução da economia nacional,à evolução da questão colonial,em suma,ao que constitui o movimento vivo,real,que é obrigação de um revolucionário analisar e conhecer para poder actuar.

Nota 10 — É curioso notar que só tomei conhecimento do segundo número da "Estrela Vermelha" nos últimos dias de Agosto,ao vê-la num escaparate da "Joie de Lire". Será que o versátil Mr. Maspero é agora o intermediário entre o comité executivo e os militantes?

Nota 11 — Repare-se que não é dado conhecimento aos militantes dos textos editados pelos comités do interior. Serão esses textos secretos? Destinam-se a um grupo de amigos? Ou destinam-se às massas? Se assim é,porque não têm os militantes conhecimento da actividade pública dos comités do interior? Será porque essa actividade não existe naqueles comités que a direcção controla,e só existe naqueles que ela não controla?

NOTA FINAL

Será necessário dizer que também para este relatório a direcção promete uma resposta demorada,que inventa desculpas,que tenta arrastar as soluções? Mas como poderia proceder de outro modo? O correr do tempo é a grande esperança dos oportunistas. Na impossibilidade de dominarem a realidade,aguardam o milagre salvador...